

A DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA CRIMINALIDADE VIOLENTA NA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO

Rosa Maria Ramalho Massena *

SUMÁRIO

- 1 — *Introdução*
- 2 — *Bibliografia sobre a visão espacial do crime*
- 3 — *Descrição e fontes dos dados básicos utilizados na pesquisa*
- 4 — *Sobre a definição do crime violento*
- 5 — *A criminalidade violenta na Região Metropolitana do Rio de Janeiro*
- 6 — *Conclusões*
- 7 — *Apêndices*
- 8 — *Bibliografia*

1 — INTRODUÇÃO

A violência e a criminalidade vêm se tornando uma preocupação de âmbito nacional. Em 1979, o Governo cria uma comissão de cientistas sociais (Portaria n.º 791 de 14 de agosto) e juristas (Portaria n.º 689 de 11 de julho) para estudar o fenômeno; seminários e cursos são promovidos por diversas instituições, científicas ou não, mas pouco se conhece sobre o crime no Brasil uma vez que ainda é incipiente no País estatísticas criminais que permitam a criação de indicadores que possam esclarecer a dinâmica do crime. No Relatório entregue ao Ministro da Justiça em fevereiro de 1980, é proposta entre outras sugestões, que sejam estabelecidas relações interministeriais com a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o aperfei-

* Geógrafa, Analista Especializada da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE.

coamento das estatísticas criminais e a realização de pesquisas de vitimização através de programas especiais desta Fundação. Não é nossa intenção discutir as causas da criminalidade, mas sim a sua geografia e tentar encontrar aí algum sentido. Importa, portanto, não apenas saber se ela vem aumentando ou diminuindo, mas também conhecer seus padrões em diferentes áreas e estudar as mudanças que possam estar ocorrendo.

Embora a criminalidade não seja atributo exclusivo da cena urbana é nela que se manifesta com maior intensidade. Por isso o estudo da criminalidade na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, a segunda maior do País, onde em 1980 vivem cerca de 9 milhões de pessoas, pode ser um ponto de partida razoável.

Este estudo se propõe, portanto, a analisar a distribuição espacial do crime violento na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, e sua evolução no período compreendido entre 1977-80.

Crime violento aqui entendido é o homicídio doloso, a tentativa de homicídio, o estupro, a lesão corporal e o roubo. A escolha deste tipo de crime, é em primeiro lugar uma opção por um índice de crime específico a fim de evitar maiores dificuldades de interpretação que decorreriam de um índice geral de crime. Em seguida, por significar ele 31,62% do total de crimes registrados na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. E, finalmente, por desencadear um clima de insegurança e medo na população.

Para entender esta distribuição espacial do crime, tentar-se-á também estudar alguns atributos demográficos e sócio-econômicos, na tentativa de encontrar ou não alguma relação entre crime e certas características locais. Quem sabe, identificar áreas de crime ou mudanças nos padrões de crime no espaço. Não necessariamente fazer referências de causalidade mas avaliar concomitâncias já que estas podem decorrer de simples coincidências. Cabe, por isso mesmo, alertar para a dificuldade em relacionar criminalidade a outros indicadores sociais. A tese, por exemplo, que associa pobreza à criminalidade, sem dúvida, é "metodologicamente frágil, politicamente reacionária, e sociologicamente perversa"¹. O uso de estatísticas oficiais pode determinar associações deste gênero graças aos vieses que elas geram, mas, sente-se hoje, maior preocupação por parte dos estudiosos em relativizar certos conceitos como, por exemplo, o da subcultura da violência (que se baseia na existência de características culturais locais que predis põem à violência)². Foi adotando tal postura que se conseguiu desmistificar certas teorias, utilizando-se para tal, até mesmo, as próprias estatísticas oficiais como fizeram Tittle, Villemez e Smith³ ao demonstrarem o declínio, nas últimas quatro décadas, da associação entre criminalidade e classe social. Como os dados mais recentes não reforçam a hipótese de relação negativa entre crime e classe social se questiona também a pertinência das teorias do desvio que contêm pressupostos de diferenças de classe. Acredita-se portanto que as teorias que enfatizam processos mais genéricos serão provavelmente mais utilizadas nos estudos de criminalidade que virão.

¹ Campos, *Bibliografia*, n.º 8, p. 377-83.

² Smith; Parker, *Bibliografia*, n.º 30; Loftin; Hill, *Bibliografia*, n.º 20.

³ Tittle; Villemez; Smith, *Bibliografia* n.º 32.

2 — BIBLIOGRAFIA SOBRE A VISÃO ESPACIAL DO CRIME

Alguns estudiosos vêm desenvolvendo, mais recentemente, o que se chama correntemente de geografia do crime e/ou da violência uma vez que seus estudos tratam da expressão espacial do crime.

Parece haver pontos em comum no estudo da criminalidade feita por geógrafos e sociólogos, mas é evidente que cada um segue um determinado fundamento teórico, uma metodologia específica e portanto abordagens diferentes. Para D. E. Georges⁴, ambos encontraram suas raízes na teoria ecológica da escola de Chicago, mas a singularidade da geografia do crime “é o seu enfoque na expressão espacial do ato violento ou criminoso e na possível difusão de atos similares ou de fatores da organização social que possam levar à manifestação espacial do ato num dado local”. Uma diferença básica reside no fato de que os geógrafos tentam, quando possível, ir além das análises associativas/descriptivas utilizando-se de técnicas centrográficas para chegar a modelos analíticos que levem a proposições, senão de causa/efeito mas de tendências. Georges prega, portanto, que a geografia do crime ao tentar mapear a distribuição espacial do crime, deve relacionar os padrões espaciais do crime às variáveis ambientais, sociais, históricas, psicológicas (cognitivas) e econômicas e dessa forma tentar melhor apreender a manifestação espacial do crime.

Metodologicamente a geografia do crime vem sendo analisada em dois níveis:

— a microanálise que tem como estratégia de pesquisa o local (conceito geográfico de sítio e situação) onde ocorreu o crime, de modo a estabelecer relações entre ele e a dinâmica sócio-cultural do crime;

— a macroanálise, que agregando os dados por áreas (favelas, subúrbios, área central de negócios, municípios, etc.) possibilita uma interpretação interespacial e interpessoal do crime.

Calvin F. Schmid⁵, na primeira de suas pesquisas para identificar áreas de crime em uma grande cidade americana, analisa a distribuição espacial do crime descrevendo paralelamente as especificidades sócio-econômicas e demográficas daquelas áreas. Os padrões espaciais dos diferentes tipos de crime por ele estudado mostraram uma variação notável em determinadas áreas da cidade: uma área central com altas concentrações de crimes, e uma periferia com taxas expressivamente baixas. Sua análise é baseada em características e relações dos *census tracts*, assim sendo, suas conclusões dizem respeito a áreas e não a pessoas. Numa segunda etapa ele discute áreas de crime dentro do conceito de “área natural”.

Em outros ensaios o enfoque é dado não à distribuição espacial do crime mas à estrutura urbana como “uma estrutura de oportunidade do crime”. A abordagem comportamental de Capone e Nichols⁶, ao analisar as preferências dos delinquentes, quando se deslocam no espaço, por certas estruturas urbanas, tem esse enfoque. Ao demonstrar a relação entre estrutura urbana e mobilidade do criminoso (deslocamento

⁴ Georges, Bibliografia, n.º 15.

⁵ Schmid, Bibliografia, n.ºs 24 e 25.

⁶ Capone; Nichols, Bibliografia, n.º 9.

entre o seu local de moradia e o local do crime) ele usou conceitos básicos necessários à compreensão dessa mobilidade que decorre em parte da estrutura espacial apreendida pelo próprio delinqüente. Segundo esses autores, conceitos tais como: espaços das atividades cotidianas, espaços preferidos para o crime e espaços potenciais determinados por sua atratividade, se aliados a análises de frequências, distâncias e características físicas (sítio e situação) possibilitam a elaboração de modelos de mobilidade criminal.

Outros também estão à procura de um modelo estrutural. Stahura, Huff e Smith⁷ ao estudarem o crime em subúrbios integram perspectivas teóricas da pesquisa ecológica e criminológica e sugerem a utilização do tipo da área como determinante da taxa de crime. Acreditando que as características físicas da área são determinante do crime eles se colocam na mesma perspectiva de Capone e Nichols sobre a estrutura de oportunidade do crime. Neste modelo específico para subúrbios se discute as relações existentes entre taxa de crime e composição da população, entre tal composição e as características físicas e entre estas características e as taxas de crime. Pretende o modelo ter uma utilização política através da identificação de variáveis cuja possível intervenção resulte em redução das taxas de crime. Exemplos: densidade controla-se por meio de leis de zoneamento, tamanho de população por restrições à imigração.

O controle de algumas variáveis pode, no entanto, desencadear apenas um mecanismo de transferência: sana-se uma área em prejuízo de uma nova área para a qual desloca-se o crime. Este aspecto é bem analisado por Shelley⁸ ao estudar criminalidade na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) por tamanho de cidades, quando mostra, muito claramente, as conseqüências dessa transferência. O controle sobre a mobilidade e a residência dos seus habitantes, por meio do sistema de passaporte nacional e das dificuldades para se ir morar nas grandes cidades, sem dúvida influencia a distribuição geográfica do crime. Observa-se, paralelamente a um acelerado crescimento da população nas cidades novas e nas cidades pequenas, um aumento nas suas taxas de criminalidade. Assim, na intenção de evitar aumento de crimes nas grandes cidades por via de restrições à imigração, transferiu-se o problema para outras áreas. Shelley cita Durkheim "não há motivo para congratular-se quando a taxa de crime cai abaixo do nível médio, pois podemos estar certos de que este aparente progresso está associado com alguma desordem social", para demonstrar que a redução da criminalidade nas grandes cidades soviéticas tem um custo social muito alto já que é obtido através da redução da liberdade individual e do deslocamento do problema para áreas mais remotas do país. Esta correlação, entre criminalidade e migração urbana, está ligada à existência de um forte êxodo rural de homens jovens, na faixa etária de 16 a 29 anos onde predominam geralmente altas taxas de crime. Como esta correlação foi construída em cima de um índice geral de criminalidade, sem se considerar portanto a incidência de crimes muito específicos da URSS (como fabricação caseira de bebidas alcoólicas), pode ocorrer algum viés.

⁷ Stahura; Huff; Smith, Bibliografia, n.º 31.

⁸ Shelley, Bibliografia, n.º 27.

A crítica a um índice geral de crime é encontrada no estudo de Caporale e McElroy⁹, entre outros. Eles sugerem a utilização de um índice que se baseie num tipo específico de crime e comparável para áreas geográficas menores em lugar de uma agregação estatística e geográfica que geralmente escondem anomalias. Roubo, foi o tipo de crime que escolheram, seja por considerarem este um crime mais ou menos “visível”, aceitando-se que nos Estados Unidos da América (EUA) as queixas são regularmente registradas, seja por englobar violência contra a pessoa e perda de propriedade, além de gerar bastante medo por ser o agressor geralmente um desconhecido. Utilizando a frequência e a taxa de roubo em comunidades de Los Angeles e associando-as a características sociais, econômicas e demográficas da população, que seriam fatores que poderiam influenciar o roubo, os autores procuram chegar a modelos preditivos de roubo. E, por meio deles, acreditam poder subsidiar políticas urbanas preocupadas com melhores condições de vida da população.

A “visibilidade” do roubo porém vem sendo questionada por outros autores. Em estudo do Law Enforcement Assistance Administration¹⁰ foi estimado que cerca de 60% dos roubos não eram registrados. Skogan¹¹ calcula que nas 26 cidades que estudou nem metade das pessoas que foram roubadas registrou o fato. Por medo de represálias, por considerarem o fato trivial, por terem sido roubadas por parentes ou amigos ou por temerem que a polícia viesse a descobrir fatos desabonadores de sua conduta, as vítimas geralmente não procuram registrar suas queixas.

Outra linha de estudos, desenvolvida pelos planejadores urbanos, procura avaliar o impacto da violência sobre a forma urbana. Acredita-se até que o usual objetivo dos planejadores urbanos — aumentar a acessibilidade — esteja sendo substituído, gradualmente, ao menos por parte dos moradores, pelo desejo de maior segurança. E essa necessidade de proteção que os habitantes vêm sentindo se reflete no desenho e na forma do ambiente urbano. Gold¹² afirma que novas “cidades defensivas” vêm ressurgindo, em razão da violência urbana, à semelhança do que ocorria na Idade Média, e que historicamente sabe-se que quando as instituições políticas não conseguem proteger as pessoas elas mesmas disso se encarregam. Portanto, menos por ações públicas do que por iniciativa dos moradores ou dos construtores surgem modalidades residenciais que tentam oferecer o máximo de segurança (guaritas, circuitos fechados de TV, porteiros eletrônicos, condomínios fechados). Vende-se hoje juntamente com o imóvel, o lazer e a “segurança”. Mas esse uso defensivo por não atuar nas raízes do crime pode apenas controlar por algum tempo certos tipos e locais de crime, embora não esteja sequer claro se consegue reduzir o volume total de crimes. Por isso, acredita Gold, a violência continuará independentemente das mudanças que sejam feitas na forma, no desenho, na densidade ou na qualidade do meio ambiente. O aumento de crimes verificado em áreas de classe média alta, por exemplo, vem refutar a hipótese de que a qualidade do meio ambiente associada à riqueza seja suficiente para prevenir o

⁹ Caporale; McElroy, *Bibliografia*, n.º 10.

¹⁰ *Crime and victims*, *Bibliografia*, n.º 13.

¹¹ Skogan, *Bibliografia*, n.º 29.

¹² Gold, *Bibliografia*, n.º 16.

crime. Isto porque o comportamento criminal acompanha sempre as mudanças do meio ambiente e, sem dúvida, são outros os meios que precisam ser acionados para se reduzir a violência urbana.

3 — DESCRIÇÃO E FONTES DOS DADOS BÁSICOS UTILIZADOS NA PESQUISA

Estudar criminalidade num país onde ainda não há consciência da necessidade de se produzir estatísticas criminais, não é tarefa das mais fáceis. Ao se lidar com as escassas informações existentes logo se percebe que o estudo será incompleto. Elas são apresentadas aqui, na crença de que, por limitados que sejam os dados, uma descrição da manifestação espacial do crime possa ser um ponto de partida para o estudo da criminalidade.

Os dados de crime utilizados nesta pesquisa foram os crimes registrados nas delegacias de polícia, dados estes que contêm inúmeras limitações tendo em vista que:

1 — há uma grande subestimação uma vez que os crimes por diversas razões são poucos registrados;

2 — conforme as características do tipo de crime ele será mais ou menos registrado;

3 — em algumas áreas os crimes são mais registrados do que em outras;

4 — uma distribuição desigual de delegacias no espaço pode provocar um desvio estatístico;

5 — o levantamento dos dados de crime ainda é feito de forma muito rudimentar;

6 — o grau de confiança que a população tem na polícia pode influenciar o maior ou menor número de registros¹³.

Apesar dessas e de muitas outras restrições inerentes aos dados estatísticos oficiais eles serão sempre uma opção na abordagem deste tema. Como não representam o volume total de crimes realmente cometidos eles devem ser usados apenas "como meros indicadores ou medidas relativas"¹⁴.

Desde 1978 a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro vem, num elogiável esforço de divulgação, publicando um Anuário de Estatística Criminal. O levantamento desses dados é feito a partir do registro de ocorrência policial mediante o preenchimento, no ato de sua lavratura, de uma ficha resumo dos respectivos dados que, codificados, são apurados pela Fundação Centro de Processamento de Dados do Estado do Rio de Janeiro (CPDERJ).

Este estudo cobre numa primeira etapa a evolução e a distribuição dos crimes violentos registrados durante os anos de 1977 (44.204), 1978

¹³ Segundo o Índice Gallup de Opinião Pública, em pesquisa realizada em 1978 em São Paulo, 62% das pessoas assaltadas não avisaram à polícia por temê-la.

¹⁴ Schmid, Bibliografia, n.º 24.

(40.109), 1979 (55.918) e 1980 (48.161) na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Esta Região é coberta por 64 delegacias policiais, relacionadas no apêndice A (ver Apêndice 2) ao final deste trabalho, 39 das quais localizadas no Município do Rio de Janeiro¹⁵. Como a área dessas delegacias não se superpõe à área das Regiões Administrativas do Município recorreu-se à antiga divisão de Setores de Vigilância, pois a este nível há comparabilidade, ou seja, conjuntos de Regiões Administrativas fecham com os Setores de Vigilância que por sua vez são constituídas de um conjunto de delegacias. Assim, o Município do Rio de Janeiro estará subdividido em três Setores de Vigilância — centro, sul e norte — cujas delegacias e Regiões Administrativas que os compõem estão listadas no apêndice B (ver Apêndice 2).

Os crimes violentos aqui analisados são o homicídio doloso e a tentativa de homicídio, o estupro, o roubo e a lesão corporal. A lesão corporal compreende ocorrências designadas de lesão corporal dolosa e lesão corporal seguida de morte, e o roubo compreende as designadas de roubo, roubo seguido de morte, roubo em veículo e roubo de automóvel. Os índices a serem trabalhados serão do total de crimes violentos (número de crimes violentos dividido pela população residente multiplicada por 10.000) e de cada uma das cinco categorias acima citadas.

Era nossa intenção analisar, para o ano de 1980, os crimes violentos associados a outras variáveis do evento tais como sexo, idade, cor, ocupação, naturalidade, instrução do indiciado ou suspeito, relacionamento entre vítima e agressor, local e hora do crime. No entanto, as altas proporções de sem declaração que surgiram quando os dados foram cruzados, invalida qualquer perspectiva de uma avaliação aproximada da realidade.

Afora os dados de crime foram utilizados dados dos Censos Demográficos de 1970 e 1980 a fim de se identificar e qualificar algumas características demográficas e sócio-econômicas de áreas do Município e da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Enfim, numa última etapa, procurou-se obter informações sobre as vítimas e os criminosos, o que só foi possível graças a consulta em arquivo de registros de crimes denunciados durante os plantões de um inspetor da 12.^a Delegacia de Copacabana, em 1978. Esses dados representam apenas 23% dos crimes violentos registrados naquela delegacia, em 1978. As características que foram obtidas se referem a sexo, cor, idade, naturalidade, estado civil, ocupação, local de moradia, e relacionamento com o agressor, além da hora, do local e da arma do crime.

4 — SOBRE A DEFINIÇÃO DO CRIME VIOLENTO

São qualificados, pela Secretaria de Segurança Pública, 96 tipos de crimes, porém não se trabalhará aqui com um amorfo índice geral de crimes que dificultaria mais ainda a interpretação dos dados criminais por escamotear certas peculiaridades.

¹⁵ Em 1982, a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro cria mais uma Delegacia Policial, a do Jardim Botânico. No período coberto por esta pesquisa, portanto, essa delegacia compreendia parte da 15.^a Delegacia Policial da Gávea.

Para se estudar a distribuição espacial do crime na Região Metropolitana do Rio de Janeiro utilizou-se um índice específico de criminalidade violenta. Optou-se, assim, pela seleção dos crimes que encerram maior violência e portanto geram um clima de medo e de insegurança na população.

Crime violento é aqui definido como aquele que envolve uma violência predatória e que se realiza através de um contato direto entre o criminoso e a vítima¹⁶. São eles: o homicídio doloso e a tentativa de homicídio, o estupro, a lesão corporal, e o roubo. Destes apenas o último, além de ser um crime contra a pessoa como os demais, é também contra o patrimônio. Isto ocorre porque o roubo, numa classificação baseada no Código Penal, se enquadra como crime contra o patrimônio enquanto que o homicídio doloso, a tentativa de homicídio, o estupro e a lesão corporal são classificados como crime contra a pessoa. Porém se a classificação recorre a critérios de violência, então o roubo se enquadra como crime contra a pessoa. Existe outros crimes que também encerram uma violência mas aos quais a sociedade tem respostas diferentes. Sabe-se por exemplo que as mortes no tráfego (homicídio culposo) são tão numerosas quanto as decorrentes de homicídio doloso e, no entanto, o público reage muito mais aos assassinatos. Na verdade a sociedade tem respostas diferentes até para crimes semelhantes dependendo de quem sejam os personagens. Avison¹⁷ afirma que “a sociedade condenará com mais rigor um ladrão que roube as economias de um velho pensionista do que aquele que roube uma fortuna numa grande empresa”. Ou, como declarou o delegado Ruy Dourado, “um tapa em Copacabana ressoa como um tiro de canhão e um tiro de canhão, no subúrbio, como uma bombinha de São João”¹⁸. Assim a classificação legal do crime nem sempre corresponde à gravidade que a sociedade lhe atribui.

Antes de examinar-se a distribuição dos crimes violentos na Região Metropolitana do Rio de Janeiro cabe alguns comentários sobre a confiabilidade de seu registro. Dos quatro tipos de crime considerados nesta pesquisa — homicídio, roubo, lesão corporal e estupro — apenas o homicídio é o que pode se chamar de crime visível, ou seja, aquele que sem dúvida apresenta pouca discrepância entre o número de crimes registrados e o número de crimes cometidos. Essa discrepância porém começa a existir já a partir do registro de roubo. Embora Caporale e McElroy afirmem que as vítimas de roubos registrem com suficiente regularidade o evento, não parece ser isto o que vem ocorrendo aqui no Brasil, a não ser para o caso de roubo de automóvel. O roubo frequentemente deixa de ser registrado e dentre os motivos que levam a vítima a não procurar uma delegacia pode-se citar: ameaças, descrença na eficiência da polícia, o pouco valor do objeto roubado, o fato do objeto não estar segurado, etc.

Com referência a lesão corporal é sabido que este geralmente só é registrado nos casos mais graves. E mesmo em casos graves parece haver sub-registro quando a lesão decorre de brigas entre casais ou com crianças. O cotidiano, conhecido através de comunicação oral com suas histórias de vizinhos, vem testemunhar esse sub-registro. Mas o tipo de crime raramente registrado é sem dúvida o estupro. Isto ocorre

¹⁶ Cohen, *Bibliografia*, n.º 12.

¹⁷ Avison, *Bibliografia*, n.º 5.

¹⁸ *Jornal do Brasil* de 22-03-81, Caderno B, p. 7.

seja pela dificuldade legal de se provar que houve tal crime, seja pelo embaraço a que a vítima se expõe, o que a leva a evitar a efetuação da denúncia.

Com isto queremos alertar a quem nos ler que as considerações aqui feitas estão baseadas em medidas relativas de eventos mais ou menos conhecidos tendo em vista tais fatores.

5 — A CRIMINALIDADE VIOLENTA NA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO

Feitas as ressalvas do capítulo anterior cabe analisar a evolução e a distribuição espacial dos crimes violentos conhecidos pela polícia. Estes crimes, registrados nas delegacias da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, tiveram entre 1977-80 um crescimento de 9% (aumentou de 44.204 para 48.161, conforme Tabela 1 do Apêndice 1), o que em termos de índice de criminalidade significou 52,76 vítimas de crimes violentos em cada 10.000 pessoas no ano de 1977, e um aumento deste índice, em 1980, para 53,42 vítimas (ver Tabela 1a do Apêndice 1). O roubo, a lesão corporal, e a tentativa de homicídio no período, cresceram relativamente muito pouco (7,9, 5,4 e 6,3% respectivamente), embora em termos absolutos tenham tido, exceto o último, os maiores incrementos. As altas taxas de crescimento de estupro (19,1%) e sobretudo de homicídio doloso (73,1%), os mais violentos dentre os crimes violentos, devem ser relativizadas em função de terem uma base menor, mas ainda assim foram expressivas considerando-se que cresceu em 976 o número de homicídios dolosos no período, ou seja, quase o aumento verificado nas lesões corporais ou metade do aumento de roubos (conforme Tabela 1 do Apêndice 1). A persistência da violência sexual e letal está expressa no aumento dos índices de homicídio doloso (de 1,59 para 2,56) e de estupro (1,47 para 1,63). A argumentação de que este aumento de estupros seria decorrência de maior conscientização, por parte da vítima, da necessidade de registrar o crime, não encontra respaldo algum. A socióloga Rose Marie Muraro¹⁹ relata que nenhuma das mulheres faveladas, que ela entrevistou e que haviam sido estupradas, tinham feito registro de ocorrência nas delegacias. E mais ainda, que várias mulheres, entrevistadas, lhe haviam solicitado pílulas anticoncepcionais para as filhas que vinham sendo estupradas frequentemente. Sabe-se também que os hospitais recebem muitas vítimas de estupro: “segundo o Hospital Miguel Couto é comum a visita de moças e senhoras vítimas de atentados sexuais, mas raras são as queixas. A violência já foi praticada e existe um pudor impedindo a ida às delegacias”²⁰. Nesta trajetória, entre 1977-80, o ano crítico foi sem dúvida o de 1979 (ver Gráficos 1, 2, 3, 4 do Apêndice 1). Os crimes de lesão corporal, tentativa de homicídio e roubo, caem em 1980 e praticamente retornam aos índices de 1977. Considerando-se que o roubo é um dos crimes que mais vem se expandindo nos países ocidentais, causa estranheza o seu expressivo decréscimo entre 1979-80 (passando de 32.497 para 24.676).

¹⁹ Em entrevista publicada na Revista Playboy de julho de 1981.

²⁰ Jornal do Brasil de 17-11-79, Caderno B.

Estas considerações, feitas para a Região Metropolitana como um todo, mudam um pouco de figura quando se passa a analisá-la a nível mais desagregado seja segundo núcleo e periferia, ou por municípios e, dentro do Município do Rio de Janeiro, por Setores de Vigilância. Novas informações são extraídas, como a desigual expressão desse fenômeno no espaço.

5.1 — Criminalidade violenta no núcleo e na periferia ²¹

Já é conhecido através de alguns estudos a desequilibrada distribuição espacial de determinadas características sócio-econômicas (renda, habitação, infra-estrutura, etc.) no que se convencionou chamar de núcleo e periferia da Região Metropolitana do Rio.

Mas quase nada ainda se sabe sobre a distribuição da criminalidade violenta neste espaço reconhecidamente dicotômico. Através dos dados levantados nesta pesquisa a criminalidade redesenha essa dicotomia mas pelo avesso, ou seja, a um núcleo concentrador de renda e da riqueza, portanto com melhores condições de vida, e a uma periferia reduzida da miserabilidade, corresponde um núcleo com os mais altos índices de criminalidade violenta e uma periferia relativamente pouco violenta. Neste sentido poder-se-ia associar o crime não à pobreza mas a concentração da riqueza pois é o núcleo da Região Metropolitana do Rio de Janeiro que concentra não só maior número de crimes violentos 71,1% (o que seria de esperar já que aí vive 60,9% da população metropolitana) mas também detém o maior índice de criminalidade (62,39 crimes violentos para cada 10.000 pessoas) e o maior crescimento percentual (20,1% entre 1977-80). Essa concentração dos crimes violentos no núcleo vem se acentuando gradativamente (em 1977 era de 66,3%) e para isso contribuiu a diminuição de número de crimes violentos na periferia (caiu cerca de 13%) devido ao decréscimo de roubos e lesões corporais. Decréscimo este porém que contrabalançou com o forte crescimento de homicídios na periferia (78%) pela primeira vez maior que no núcleo (68%).

Por outro lado observa-se pela comparação entre a variação percentual do crime (20,1% no núcleo e -12,3% na periferia) e da população (5,6% no núcleo e 10,8% na periferia) que a periferia se coloca em melhor situação pois alia ao maior crescimento populacional um decréscimo de crime possibilitando assim uma diminuição dos seus índices.

A construção de um índice de criminalidade violenta ²² (conforme Tabela 2a do Apêndice 1) aponta portanto muito claramente para o fato de que:

1 — a criminalidade violenta sempre foi maior no núcleo do que na periferia;

²¹ Os limites do núcleo e da periferia nem sempre são os mesmos. Aqui o núcleo é constituído dos Municípios do Rio de Janeiro e de Niterói; os demais municípios constituem a periferia. Niterói ficou tipicamente caracterizado como núcleo no trabalho. Apropriação dos benefícios ..., Bibliografia, n.º 4.

²² O índice de criminalidade violenta é igual ao

$$\frac{\text{número de crimes violentos registrados}}{\text{população total}} \times 10.000.$$

2 — a criminalidade violenta no período 1977-80 aumentou no núcleo (de 55,79 para 62,39) e diminuiu na periferia (de 46,89 para 36,39);

3 — a criminalidade violenta apresenta movimentos oscilatórios seja no núcleo ou na periferia (ver Gráfico 2 do Apêndice 1);

4 — as diferenças na criminalidade violenta entre o núcleo e a periferia se exacerbaram em 1979 e embora diminuídas em 1980 continuaram acentuadas.

Considerando-se os itens acima ter-se-ia então um núcleo violento e cada vez mais violento ao lado de uma periferia relativamente menos exposta. Porque então a fama de ser a periferia da Região Metropolitana um lugar perigoso? A desagregação do índice geral da criminalidade violenta e análise subsequente da gravidade e da incidência dos quatro índices de crimes que a compõem pode ser um passo para esclarecer tal colocação.

As primeiras dificuldades porém já aí começam a surgir, pois estabelecer com exatidão a gravidade do crime é praticamente improvável. A medida da gravidade geralmente é feita em função da existência real de um dano ou da tentativa dele (usualmente a tentativa envolve menos dano), da espécie de dano sofrido, e enfim das conseqüências posteriores ao dano²³. Sendo este o enfoque, sem dúvida que observando-se os crimes numa mesma escala de intensidade de danos físicos e psíquicos, é possível entender o motivo pelo qual a periferia é tida como violenta por excelência. O homicídio e o estupro, crimes que encerram maiores danos, são os que têm na periferia as taxas mais altas, fato este que se agrava com o expressivo aumento do índice de homicídio que vem exacerbando a diferença entre o núcleo e a periferia: em 1977 este índice era 1,40 e 1,89 e passou para 2,22 e 3,15 em 1980, respectivamente. Embora esta seja a violência mais conhecida cabe notar que a população que vive na periferia, constituída sobretudo da classe de baixa renda, sofre além desse tipo de violência outras formas mais sutis de violência como aquela que decorre de “fatores sociais e latentes de encurtamento da vida”²⁴ — aí compreendidos as condições de transporte, de habitabilidade, de jornada de trabalho, a interdição de saúde (subnutrição, falta de acesso a água e esgoto, etc.), os acidentes e doenças de trabalho — e que gera possivelmente maior quantidade de vítimas. Mas o que explicaria a persistência de altas taxas de homicídio na periferia? A pobreza estrutural que a caracteriza? Smith e Parker²⁵ afirmam que variáveis sócio-estruturais, especialmente a pobreza, funcionam como importantes diagnosticadores das diferentes taxas de homicídio primário (que envolvem familiares ou amigos) embora não expliquem satisfatoriamente as variações nas taxas de homicídio não-primários (que envolvem pessoas estranhas). As teses de Gastil e Hackney preconizavam uma “subcultura da violência”, mas Loftin e Hill²⁶ quando tentaram associar taxa de homicídio à pobreza estrutural procuraram relativizar os efeitos daquela “subcultura”.

²³ Reiss, *Bibliografia*, n.º 23.

²⁴ Kowarick; *Ant.*, *Bibliografia*, n.º 18.

²⁵ *Idem*, *ibidem*.

²⁶ Loftin; Hill, *Bibliografia*, n.º 20.

Embora o argumento da pobreza estrutural seja usado para esclarecer as altas taxas de homicídio, sem dúvida, outros fatores estão influenciando os índices de homicídios na periferia. Sabe-se, por exemplo, que é grande o número de cadáveres que são largados nas áreas mais ermas da periferia resultantes, geralmente, de assassinatos ocorridos em outros locais. Já há quase 20 anos os terrenos baldios da Baixada Fluminense são usados para as “desovas” (nome utilizado pelo jargão policial e jornalístico para designar os cadáveres abandonados na Baixada) geralmente após “execuções sumárias” motivadas por disputas de pontos de jogo de bicho, comércio de entorpecentes, lenocínio e comércio de carros roubados. Segundo o jornal O Globo²⁷, de janeiro a meados de março de 1980 foram registrados 85 homicídios nas duas maiores Delegacias do Município de Nova Iguaçu, a 52.^a (Centro da cidade) e 54.^a (Belford Roxo), 30 dos quais classificados como “execuções sumárias”.

Para o bispo auxiliar e sociólogo Dom Afonso A. Gregory²⁸ “a violência dos mais fracos e pobres geralmente se caracteriza pelo fato de usar a força, inclusive à mão armada e por assim ser, é essa violência a única à qual é atirada a atenção”. Se a violência é restringida a violência física é mais do que provável que ela esteja associada a uma pobreza estrutural pois “os fracos não têm condições de usar as sutilezas, os subterfúgios e as astúcias, para conseguir seus objetivos escusos, como costumam fazer os poderosos. Esses últimos quando necessitam da violência física não a executam diretamente, mas contratam quem a faça, geralmente a elementos da classe mais carente, e às vezes até mesmo coagindo-os psicologicamente a fazê-lo”. Associar a miséria à criminalidade não significa dizer que o pobre seja necessariamente criminoso. “A pobreza, oportunidades limitadas, o desespero e deterioração física”, diz Skogan²⁹ referindo-se aos centros das cidades americanas “contribuem para o crime ao nível individual” mas a violência tem origens mais complexas, de natureza não apenas econômica mas também fisiológica, psicológica, social e político-cultural. Assim o conceito de privação relativa que vem sendo usado por alguns sociólogos é útil para afastar um pouco essa idéia muito difundida de que o criminoso é gerado na pobreza. Situações de ansiedade, insatisfações íntimas, levam ao crime da mesma forma que a privação real da própria subsistência. Não seriam portanto apenas os pobres que sentiriam privação. Numa sociedade de consumo onde necessidades são criadas constantemente, o leque de privações se abre muito além do nível da pobreza. Por outro lado há também que se considerar a privação emocional que independe de *status* econômico ou social e que gera situações tão dramáticas quanto aquelas decorrentes de privação material.

O conceito de privação relativa e a teoria da titulação, segundo Atila S. L. A. Junior³⁰, foram criados pelos sociólogos americanos quando descobriram que aqueles que saqueavam e pilhavam as lojas durante os distúrbios raciais não o faziam para atender necessidades de subsistência mas para compensar o sentimento de privação pois julgavam-se não participantes da opulência da sociedade americana.

²⁷ O Globo de 30-03-80, p. 22: Quem mata e quem morre na Baixada.

²⁸ BIB Jornal, ano 4, n.º 35, março 1981.

²⁹ Skogan, Bibliografia, n.º 28.

³⁰ Jornal do Brasil de 20-01-80, Caderno Especial: A história do homem é a história da violência.

Esta violência que se “reveste também de um caráter político — como bem diz Oliven³¹ — já que também pretende, por parte de elementos das classes dominadas, recuperar parte do excedente daqueles por quem foram expropriadas”, está espelhada no exemplo que ele dá do personagem do conto “O Cobrador”, de Rubens Fonseca, que cobra “a bala o que julga que a sociedade lhe deve: ... Tão me devendo colégio, namorada, aparelho de som, respeito (...) Tão me devendo uma garota de vinte anos de dentes e de perfume”. Isto que está dito em obra literária, é o que se percebe literalmente no depoimento de uma vítima de estupro em Laranjeiras, em 1977, ao declarar que durante o assalto um dos ladrões de repente reaparece de banho tomado e todo lambuzado de misturas de perfumes franceses, que encontrara no banheiro, e pede com revólveres nas mãos que ela durma com ele enquanto seus companheiros estão na cozinha comendo e tocando violão. Ao analisar este caso Affonso Romano Sant’ Anna³² pergunta “que estranho impulso levou-o a lavar-se das características imundas de marginal e a perfumar-se para se alçar a outra classe social através de um embranquecimento?”, e acredita que o bando que assaltou aquela casa vivia “uma utopia erótica e social” e fazia uma “demonstração provisória de poder e exigia da sociedade de consumo sua parcela de prazer e lucro”.

Esta é uma entre as várias hipóteses levantadas pelos observadores do crime quando afirmam que os roubos adquiriram um caráter mais violento, em anos mais recentes, geralmente acompanhados de estupro ou morte. O hoje escritor Hiroito de Moraes Joanides, ex-bandido e ex-rei da Boca do Lixo em São Paulo, no seu livro *Boca do Lixo*, também fala da violência atual pois, segundo ele, o criminoso antigamente “respeitava a condição humana de sua vítima ... o que não se respeitava era exclusivamente os seus bens materiais, as suas carteiras, o dinheiro. Não havia ódio nem rancores, apenas cobiça ... Não havia bestialidade, e por bestialidade tenho a violência desnecessária, nada mas que sádica ... não existia isso que se vê ocorrer nos dias de agora, quando vítimas de assalto são violentadas mortalmente, ofendidas, judiadas, agredidas, estupradas ou mortas”³³. Para alguns funcionários da polícia de São Paulo³⁴ essa violência existe “para compensar a falta de competência e de habilidade criminosa” dos criminosos, ainda crianças assustadas com armas na mão ou adultos desempregados ou trabalhadores mal pagos que pressionados por problemas econômico-sociais se tornam ladrões, muitas vezes mais assustados do que as próprias vítimas. Há os que acreditam que a violência carnal as vezes acontece porque os assaltantes “se convenceram ... de que a vítima ... jamais os denunciaria, por vergonha. Acreditam, dessa maneira, garantir sua impunidade, exorcizando, num ato mágico, a ameaça do castigo”.

A questão do roubo merece atenção especial não apenas pelo caráter mais violento que vem adquirindo e por ser o mais freqüente dos crimes mas também pela sua concentração espacial crescente no núcleo da Região Metropolitana. No período que esta pesquisa cobre verifica-se que o índice de roubo cai bastante na periferia, e que o maior índice nela encontrado, 21,30 roubos para cada 10.000 pessoas em 1977, não

³¹ Oliven, *Bibliografia*, n.º 22, p. 371-76.

³² *Jornal do Brasil* de 03-02-80, *Caderno Especial*.

³³ Joanides, *Bibliografia*, n.º 17, p. 141-2.

³⁴ *Revista Isto É* n.º 154, de 05-12-79, artigos de Alex Gambarisio e de Valério Meinel.

alcança sequer o menor índice de roubos registrados no núcleo que foi o de 30,61 no mesmo ano. Em alguns municípios da Baixada Fluminense esse decréscimo tem sido notável haja vista que em Nilópolis e São João de Meriti esse índice baixou de 39 para 19 e de 30 para 10, respectivamente. Considerando-se a crescente concentração do roubo no núcleo, onde vive a população de maior renda e existe altas densidades demográficas coloca-se algumas questões: rouba-se mais onde há maior riqueza, maior densidade demográfica? São aí menores os riscos, mais vantajosas as estruturas de oportunidade? Rouba-se hoje objetos de maior valor, o que estaria excluindo indiretamente as populações mais pobres? Os recentes roubos em residências da Zona Sul da Cidade do Rio de Janeiro vêm sendo explicados pela lógica dos riscos e dos lucros — roubos em residências estariam sendo menos arriscados e tão lucrativos quanto assaltar bancos.

No capítulo seguinte esta concentração será melhor percebida ao se analisar a distribuição dos crimes no Município do Rio de Janeiro.

5.2 — A criminalidade violenta no Município do Rio de Janeiro

Na tentativa de contribuir para o debate sobre a expressão espacial da criminalidade pretende-se, nesta parte do trabalho, estudar suas diferenças dentro do Município do Rio de Janeiro, onde as contradições sócio-econômicas são muito evidentes e estão mais ou menos expressas nos três Setores de Vigilância — centro, sul, norte — em que se desagregará o Município.

Como esta compartimentalização da cidade em Setores de Vigilância foi mais um imperativo de ordem técnica, ficou sacrificada a idéia de áreas internamente homogêneas. O Setor de Vigilância Sul (SVS) é o único que corresponde a um conjunto de Regiões Administrativas relativamente homogêneas que constituem a chamada Zona Sul da Cidade. É o setor onde se localizam as Regiões Administrativas de maiores densidades demográficas líquidas — Copacabana, Botafogo, Santa Tereza — apesar da primeira e da última delas terem perdido população entre 1970-80 (ver Tabela 3 do Apêndice 1). É também o setor que dispõe de melhores condições de vida, concentrando renda e riqueza assim como a maior parte dos investimentos em infra-estrutura³⁵. Nele convivem, lado a lado, com maior intensidade, a miséria e a opulência. O Setor de Vigilância Centro (SVC), não fosse a inclusão das Regiões Administrativas da Tijuca e Vila Isabel teria apresentado um caráter certamente mais homogêneo. As outras Regiões Administrativas que o compõem são predominantemente não-residenciais, fato que vem se acentuando, pois, no período intercensitário 70-80 as Regiões Administrativas Portuárias, Centro e Rio Comprido perderam população, seja por deterioração, por renovação urbana ou por mudanças no uso do solo. Neste Setor a população não-residente é extremamente volumosa visto que aí se concentra o maior mercado de trabalho do Município. Este é um ponto importante a ser considerado quando da análise dos índices de criminalidade encontrados no SVC. O mais heterogêneo dos setores é sem dúvida o Setor de Vigilância Norte (SVN) que inclui as

³⁵ Vetter, D. M.; Massena, R. M. R.; Rodrigues, E. F. Espaço, valor da terra e equidade dos investimentos, em infra-estrutura no Município do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 41(1/2):32-71, 1979, IBGE.

Regiões Administrativas localizadas nas baixadas da Guanabara, de Jacarepaguá e de Sepetida, e nas ilhas. Nele vive a maior parte da população da Cidade (71,5%), crescendo geralmente em ritmo acelerado porém vivendo em densidades relativamente baixas e em áreas estruturalmente pobres (ver Tabela 3 do Apêndice 1).

Nesta paisagem é que se estudará a manifestação da criminalidade violenta que de forma mais ou menos intensa vem afetando todas as classes sociais.

Em pesquisa realizada pelo Instituto Gallup de Opinião Pública, em 1977, solicitada pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, sob o título de "Problemas do Rio", perguntou-se aos chefes de família quais os problemas que estariam incomodando mais a população do bairro em que viviam. Apareceu então, como problema prioritário em praticamente toda a Cidade, o da segurança pública³⁶. Nesta época o índice de criminalidade violenta na Cidade do Rio de Janeiro era de 57,4 vítimas para cada 10.000 habitantes (ver Tabela 1a do Apêndice 1). A comunidade carioca já então se sentia insegura com o que veio a se chamar de onda de violência, e que teve, segundo as estatísticas oficiais seu período crítico no ano de 1979. Corresponderia essa insegurança aos índices de criminalidade violenta obtidos através dos registros oficiais? Uma rápida análise do quadro 1 mostra que nem sempre há essa correspondência. Uma área pode ter sua população amedrontada, como a de Santa Tereza, embora aí se registre o menor índice de criminalidade violenta. Ou então apresentar um elevado índice de criminalidade, como a da Barra da Tijuca, e no entanto outros problemas, como presença de mosquitos ou falta de esgoto, estarem incomodando mais sua população. Mas, mesmo quando existe essa correspondência, a insegurança pode abranger uma maior ou menor parcela da população, em diferentes áreas. Por exemplo, altos índices de criminalidade ocorrem nas áreas homogêneas 1 e 4 e são o problema prioritário de sua população, porém afeta uma proporção muito menor de chefes de famílias da área 1 (42,2% desta área e 69,9% da área 4), justo a que tem o mais elevado índice de criminalidade. Pode-se argumentar que talvez isto ocorra porque na área 1 grande parte das vítimas, possivelmente, não residem nela.

Este aumento da violência é porém questionado por outros cientistas sociais que parecem ver nele muito mais uma dramatização da criminalidade³⁷.

Ronaldo Lima Lins, ao discursar sobre "a formação de um novo personagem: o homem violento"³⁸, lembra que "A humanidade tem sido, ao longo dos tempos, uma velha amiga da violência. O que a particulariza agora, entretanto, é o deslocamento que esta sofreu dos movimentos da história para o cenário urbano". Não que exista uma violência inerente à cidade pois voltando a citar Oliven "cabe falar em violência na cidade e não em violência urbana" para "preservar a idéia de que a violência tem raízes sociais" . . . evitando assim superestimar³⁹ uma causa ecológica da violência. Mas o que estaria explicando a incidência da criminalidade nas áreas urbanas? E dentro delas o que

³⁶ Behrens, *Bibliografia*, n.º 7, p. 31.

³⁷ Oliven, *Bibliografia*, n.º 22, p. 375. Barros, *Bibliografia*, n.º 6.

³⁸ Lins, *Bibliografia*, n.º 19, p. 209.

³⁹ O sublinhado é da autora.

QUADRO 1

**MEDO DO CRIME E ÍNDICE DE CRIMINALIDADE VIOLENTA
SEGUNDO ÁREAS HOMOGÊNEAS — 1977
MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO**

ÁREAS HOMOGÊNEAS	PROPORÇÃO DE CHEFES DE FAMÍLIAS CARIOCAS QUE APONTAM A FALTA DE POLÍCIAMENTO COMO PROBLEMA QUE ESTÁ INCOMODANDO A POPULAÇÃO DA ÁREA (%)	PRIORIDADE ENTRE OUTROS PROBLEMAS DA ÁREA	ÍNDICE DE CRIMINALIDADE VIOLENTA $\left(\frac{\text{NÚMERO DE CRIMES VIOLENTOS}}{\text{POPULAÇÃO DA ÁREA}} \right) \times 10\ 000$
1 — Regiões Administrativas Portuária, Centro, Rio Comprido e São Cristóvão.....	42,2	1.º	95,5
2 — Regiões Administrativas Botafogo, Copacabana e Lagoa.....	49,3	1.º	41,0
3 — Regiões Administrativas Tijuca e Vila Isabel.....	55,0	1.º	53,0
4 — Regiões Administrativas Ramos, Penha, Méier, Engenho Novo, Irajá, Madureira e Anchieta.....	69,9	1.º	66,7
5 — Região Administrativa Jacarepaguá.....	44,6	2.º	32,4
6 — Região Administrativa Tijuca.....	46,5	3.º	68,0
7 — Região Administrativa Bangu.....	53,0	1.º	51,5
8 — Região Administrativa Campo Grande e Santa Cruz.....	40,8	2.º	27,2
9 — Região Administrativa Santa Tereza.....	67,5	1.º	24,5
10 — Região Administrativa Ilha do Governador.....	27,0	2.º	26,6
11 — Região Administrativa Paquetá.....	29,6	2.º	...

FONTE — Behrens, Bibliografia, n.º 7 — Anuário de Estatística Criminal, Bibliografia, n.º 1.

NOTA — O medo do crime aqui é medido indiretamente através da proporção de chefes de famílias cariocas que apontaram a falta de policiamento como problema que estaria incomodando as pessoas do seu bairro.

explicaria as diferenças locais da criminalidade? Embora bastante discutida, entre os cientistas sociais, até hoje não está esclarecida a relação entre uma sociedade e a criminalidade nela existente. O aumento dos crimes violentos reflete certamente uma mudança no comportamento das pessoas mas é muito difícil relacionar este aumento a outros indicadores sociais, sobretudo se os dados utilizados provêm de estatísticas oficiais, pelas razões já levantadas na Seção 3 deste trabalho. Segundo Edmundo C. Coelho⁴⁰, “um número crescente de pesquisadores tem concluído que, em vista do alto teor de contaminação das estatísticas oficiais, nenhuma hipótese que associe criminalidade a qualquer fator (aí incluído principalmente *status* sócio-econômico) pode ser testada com base nesses dados”. Apesar de toda esta crítica às estatísticas oficiais alguns acham, como Avison⁴¹, que elas ainda podem ser usadas para “apoiar argumentos através dos quais se ilumina a estrutura fundamental da sociedade”.

Sabe-se, por exemplo, que há o problema de permanência da estrutura dos padrões de crimes registrados. Parece haver pouca variação nestes padrões em cada localidade. Mas por outro lado eles variam entre as localidades e esta variação será analisada a nível dos três Setores de Vigilância em que se dividiu a Cidade do Rio de Janeiro. A evolução da criminalidade não é uniforme nas diferentes unidades espaciais, nem nas diversas classes sociais, nem se dá nos mesmos períodos de tempo. No período em questão, 1977-80, foi o homicídio o tipo de crime que mais cresceu na Cidade do Rio de Janeiro (68,1%) sobretudo no SVN (85,3%). Os demais tipos de crime tiveram aumentos relativamente pequenos: estupro 25,4%, roubo 20,5% e lesão corporal 15,2%. Considerando-se a distribuição por Setores de Vigilância e criminalidade violenta teve seu maior incremento no SVS (28,3%) que nem assim perdeu o privilégio de área de menor índice de criminalidade violenta — 53,13 vítimas para cada 10.000 habitantes, em 1980 — bastante inferior a dos dois outros Setores — 84,85 para o SVC e 64,05 para o SVN (ver Tabela 1a do Apêndice 1). De conformidade com esses índices as pessoas residentes no SVC seriam aquelas com maiores possibilidades de se tornarem vítimas de crimes violentos (ver Mapa 1 do Apêndice 1). No entanto sabendo-se que neste Setor, há, pelo menos nos dias úteis, uma confluência significativa de pessoas não residentes, seria a população de risco exageradamente maior do que aquela que foi utilizada para o cálculo do índice. O aumento da criminalidade violenta no SVS (ver Gráfico 10 do Apêndice 1) foi sem dúvida um dos motivos do alarde que vem sendo feito pelos meios de comunicação. Nele mora a classe social de maior renda, maior poder político e, portanto, não só maior possibilidade de fazer reivindicações como também de vê-las atendidas. A violência física que “afeta não somente as classes médias e altas, mas principalmente os setores mais populares, que só produzem manchetes na imprensa de subúrbio”⁴², quando aflorou um pouco mais na Zona Sul da Cidade, através sobretudo do aumento de roubos (39,1%) e de homicídios (26%), fez aparecer “a ponta do iceberg” da qual fala Simon Schwartzman. O aumento de homicídios no entanto foi aí menor do que nos outros Setores, 85,3% no SVN e 37,6% no SVC, porém o impacto

⁴⁰ Coelho, Bibliografia, n.º 11, p. 155.

⁴¹ Op cit, p. 14.

⁴² Schwartzman, Bibliografia, n.º 26, p. 368.

sobre a população foi desproporcionalmente maior. Ao se tentar estabelecer uma comparação intersetorial da manifestação espacial de cada um dos tipos de crimes violentos aqui estudados, observa-se claramente algumas diferenças que se expressam de forma mais ou menos padronizada, ou seja, ao se configurar graficamente a criminalidade violenta, por Setores de Vigilância, destaca-se o SVS com os menores índices, o SVC com os maiores e os SVN em colocação intermediária. Esta situação se repete para cada um dos crimes violentos, exceção feita ao crime de estupro pois é no SVN que ele apresenta os maiores índices (conforme Mapas 1, 2, 3, 4 e 5 do Apêndice 1). Embora este seja o padrão, conforme o tipo de crime um Setor de Vigilância pode assemelhar-se ou não a outro Setor. Por exemplo, os índices de roubo e lesão corporal do SVS, em 1980, estão muito próximos daqueles do SVN, o que não ocorre quando se trata dos índices de homicídio e estupro pois estes no SVN são mais do que o dobro dos encontrados no SVS (conforme Tabela 1a do Apêndice 1).

Há quem avente a hipótese de que as taxas de estupro no SVS tem sido relativamente baixas porque as vítimas pertencentes às classes sociais média e alta, que neste Setor são mais expressivas, não dão queixas às delegacias.

O depoimento de uma vítima classe média estuprada durante um roubo em sua casa mostra porque esse crime é pouco registrado:

“no dia seguinte, procuramos a polícia para dar parte (do roubo), fomos direto ao DGIE porque a família não queria publicidade do caso. Aconselhada pelo meu ginecologista, que é médico da Aeronáutica, não demos parte do estupro. Ele me disse que eu passaria certamente por humilhações piores ainda durante o exame de corpo delito no Instituto Médico Legal” . . .⁴³.

Este argumento porém carece de comprovação estatística. Como no capítulo anterior foi visto que as mulheres faveladas também são pouco propensas a registrarem o estupro, outras, que não a classe social, seriam as causas determinantes dos relativos baixos índices encontrados no SVS. O SVS embora seja a área menos exposta a estupros e homicídios foi nesses quatro anos o único Setor que apresentou um aumento de participação da criminalidade violenta (de 12,35 em 1977 para 13,25% em 1980).

A mobilidade da criminalidade em direção a Zona Sul da Cidade é um fenômeno recente. Na verdade foi esta a grande modificação que se operou no cenário do crime da Cidade do Rio de Janeiro a partir de 1979. Esse aumento de participação da Zona Sul (leia-se SVS) se deveu sobretudo ao incremento de roubos. Segundo pesquisa do Instituto Gallup⁴⁴ em novembro de 1979 as pessoas das classes sociais mais altas foram as principais vítimas de roubo (elas estão concentradas sobretudo na Zona Sul da Cidade). Mas, como fala o sociólogo e professor Carlos Alberto de Medina⁴⁵, existe na verdade dois tipos de vítimas: a do roubo e a da situação geral da sociedade. A primeira possui bens, a segunda é desprovida deles e “agrude como expressão do seu

⁴³ Revista Veja, de 28-11-79, p. 64.

⁴⁴ Jornal do Brasil e O Globo de 02-12-80.

⁴⁵ Jornal do Brasil de 17-11-79.

não ter”. E isto é o que se depreende do relato do criminoso João Pereira dos Santos, o “João Cabelinho”:

“eu só assaltava rico. Pobre não adianta assaltar, que pobre é igual a mim”⁴⁶;

ou da frase do ladrão ao devolver o relógio ao vigia da jolheria que acabara de assaltar:

“não queremos nada seu. Só do patrão”⁴⁷.

5.3 — Criminosos e vítimas de crimes violentos em Copacabana

Residiam, em 1980, na Região Administrativa de Copacabana 228.703 habitantes vivendo na maior densidade demográfica líquida da Cidade (43.562 hab./km², conforme Tabela 3 do Apêndice 1). Graças a sua função comercial e turística, se agrega a essa população, cotidianamente, uma população flutuante muito volumosa. É uma região de alto *status* que concentrava, em 1970, a maior proporção (22,94%) de população com renda familiar *per capita* acima de 5 salários mínimos⁴⁸.

Duas delegacias de polícia servem esta Região Administrativa: a 12.^a Delegacia de Copacabana e a 13.^a Delegacia de Ipanema. A primeira está totalmente contida na Região Administrativa de Copacabana enquanto a segunda extrapola esta Região pois se estende pelo bairro de Ipanema que faz parte da Região Administrativa da Lagoa. Na área da 12.^a Delegacia que vai do Leme à Rua Xavier da Silveira (ver Apêndice C do Apêndice 2) residia, em 1980, quase 70% da população da Região Administrativa de Copacabana. Segundo depoimento de seus delegados⁴⁹, roubo é o crime mais praticado em Copacabana reproduzindo-se portanto noutra escala o que ocorre no SVS onde ela está contida. Na amostra aqui utilizada a lesão corporal teve um índice maior como se vê no quadro 2, mas como pretende-se neste item tentar a construção de um perfil da vítima e do criminoso para estabelecer comparações entre eles, a subestimação do roubo não deverá comprometer tal objetivo.

A nossa amostra cobre 27% dos roubos, 20,3% das lesões corporais e 42,8% dos estupros registrados na 12.^a Delegacia de Copacabana, em 1978. Nenhum homicídio foi levantado.

As 114 vítimas dos crimes levantados na amostra foram predominantemente do sexo masculino, brancas, entre 30 e 39 anos, migrantes, solteiras, residentes no bairro e empregadas no setor terciário. O crime do qual foram vítimas foi praticado geralmente à noite, por estranhos, fora de casa e com arma de fogo (ver Tabelas 4 e 6 do Apêndice 1). Estas características se modificam um pouco conforme o tipo de crime. A lesão corporal é freqüente entre conhecidos, acontece geralmente em casa. Mãos e pés são os meios mais comuns para agredir e o número de mulheres agredidas é praticamente igual ao de homens. Já a vítima de roubo é mais idosa e vem de outros bairros, além do que ele ocorre sobretudo durante o dia e em lojas. As vítimas de estupro são bem mais jovens, tem menos de 30 anos.

⁴⁶ Revista Isto É de 5-12-79, p. 25.

⁴⁷ Idem, Ibid.

⁴⁸ Massena, Bibliografia, n.º 21.

⁴⁹ Jornal do Brasil, Caderno B, domingo, 22-03-81, p. 7.

QUADRO 2

TIPO DE CRIME	SETOR DE VIGILÂNCIA SUL	12.º DELEGACIA DE COPACABANA
Lesão corporal.....	17,79	17,7
Roubo.....	20,65	12,4
Homicídio.....	0,77	0,19
Estupro.....	0,93	0,44

Essas 114 vítimas foram agredidas por 132 criminosos sobre os quais só existem informações bastante escassas pois nem sempre as vítimas ou a polícia puderam fornecê-las. A ausência de dados chega a atingir índices muito elevados nos itens referentes a ocupação, naturalidade, estado civil e local de moradia (conforme Tabelas 5 e 6 do Apêndice 1). De um modo geral porém observou-se que vítimas e criminosos têm características muito aproximadas ou seja, são geralmente homens, brancos, migrantes, solteiros, moradores do bairro e tem ocupação no setor terciário. As dessemelhanças se referem a idade (os criminosos são mais jovens, geralmente com menos de 30 anos) e ao sexo (participação quase exclusiva de homens, 84,1%). Mais interessante é o predomínio de criminosos de cor branca, pois desmistifica aquele “negado” preconceito contra o preto, tão bem expresso no dizer popular “quando correm na rua um preto e um branco, o preto é ladrão e o branco é atleta”.

Estas observações são, enfim, pouco originais, pois segundo Farley e Hansel⁵⁰ inúmeros estudos têm demonstrado que as características da vítima tendem a ser semelhantes às dos criminosos, sobretudo nos crimes contra a pessoa.

6 — CONCLUSÃO

O estudo da criminalidade violenta não é das tarefas mais fáceis, seja pelo problema da confiabilidade do registro, seja pela dificuldade de relacioná-la a outros indicadores sociais. Sabe-se, no entanto, que ela não é semelhante nas diferentes classes sociais, nem seus aumentos ocorrem nos mesmos períodos de tempo. Atualmente é o homicídio doloso o crime que apresenta as maiores taxas de crescimento, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Também a criminalidade não se distribui de maneira uniforme no espaço. Assim ao se analisar a criminalidade violenta na Região Metropolitana segundo o núcleo e a periferia aparecem as primeiras diferenças regionais como se verá a seguir:

1 — tendências a concentração acentuada de crimes violentos no núcleo (66 em 1977, e 73% em 1980);

2 — índices de criminalidade violenta decrescentes na periferia (46,8 para 36,4%) e crescentes no núcleo (55,8 para 62,4%);

3 — crescimento dos índices de todos os tipos de crimes violentos no núcleo e apenas crescimento do homicídio doloso e estupro na periferia;

4 — no núcleo o roubo é o crime mais comum, enquanto na periferia é a lesão corporal.

⁵⁰ Farley; Hansel, *Bibliografia*, n.º 14.

Assim sendo, a periferia aliando um crescimento populacional muito maior do que o do núcleo, a uma variação percentual negativa da criminalidade (-12,9%) vem se tornando contrariamente ao que se imaginava uma área de menores riscos.

A distribuição espacial da criminalidade no Município do Rio de Janeiro vem mostrar novos comportamentos. Embora se repita o esquema de concentração num núcleo (o SVC), deve-se levar em consideração que o índice de criminalidade desse Setor é inflacionado pelo fato de ser calculado em cima da população residente quando a população sujeita a riscos é muitíssimo maior devido a característica desse Setor ser o maior mercado de trabalho do Rio. A extensão norte e oeste desse Setor, chamada aqui de SVN, tem índices de criminalidade quase tão altos quanto os do SVC, sendo o índice de estupro expressivamente mais elevado. O que chama mais atenção nessa análise intersetorial é o deslocamento da criminalidade em direção ao SVS. Embora detenha ele os mais baixos índices, registrou-se aí entre 1977-80 o maior crescimento (28%). O que, sem dúvida, foi motivo para que a população que nele reside, caracteristicamente de maior renda, prestígio político e poder, passasse a reivindicar medidas de segurança contra a "onda de violência". Mas foi o roubo o tipo de crime que sobretudo cresceu na Zona Sul (39%), tendo o homicídio crescido relativamente pouco e o estupro apresentado até taxa negativa. Este crescimento do roubo parece ser uma tendência comum em sociedade mais abastadas. Nos países ocidentais mais ricos é o tipo de crime que mais cresce.

Os índices dos crimes violentos que aumentaram no SVS não atingiram porém, em 1980, àqueles encontrados ainda em 1977, nos demais Setores. Assim sendo, se hoje fala-se em violência na Zona Sul do Rio, esta violência já há algum tempo se instalara no resto da Cidade sem que se escutasse suas reivindicações.

No período de quatro anos que a pesquisa cobre, observou-se um movimento oscilatório onde o ano de 1979 teria sido o crítico. Essa oscilação não pode ser atribuída porém apenas às denúncias oficiais das vítimas, às diferenças da estrutura etária da população (maior proporção de jovens, maiores probabilidades de crime), aos melhores registros ou a uma atuação mais ou menos repressora por parte dos órgãos policiais. Cabe aí também uma parcela de crimes que foram gerados por conflitos entre a sociedade e os indivíduos ou pelo aparecimento de novas oportunidades para o crime. Esclarecer a relação entre a sociedade e a criminalidade nela existente é uma tarefa que até hoje não foi bem sucedida. E as teorias se contrapõem. Durante anos associou-se crime à pobreza, porém as pesquisas mais recentes têm demonstrado que a relação entre classe social e criminalidade é um mito. A criminalização da marginalidade é, entretanto, um fato na nossa sociedade. Pretendia-se aqui analisar as características do indiciado ou suspeito na tentativa de extrair-se dados que pudessem iluminar algumas das afirmações tão correntes. Esses dados porém apresentam um empecilho de ordem técnica (altas proporções de sem declarações). A pequena amostra, de registros da 12.^a Delegacia de Copacabana, é pouco expressiva e não permite interpretações significativas, mas alguns mitos pode-se dizer, não foram reforçados. As características do indiciado muito se assemelham a das vítimas, ou seja, são geralmente migrantes, brancos, empregados no terciário, homens, etc.

Enfim, considerando-se a complexidade do comportamento criminal e dado sua integração com outros dados sociais é muito arriscado inter-

prestar as informações oficiais sobre criminalidade espacial. Sua distribuição pode, no entanto, ser um meio útil de abordá-la podendo em alguns casos contribuir para mostrar a miséria humana e quem sabe, reduzi-la.

7 — APÊNDICES

Apêndice 1 — Gráficos, Mapas, Tabelas

DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL CRIMES VIOLENTOS REGISTRADOS REGIÃO METROPLITANA DO RIO DE JANEIRO - 1980

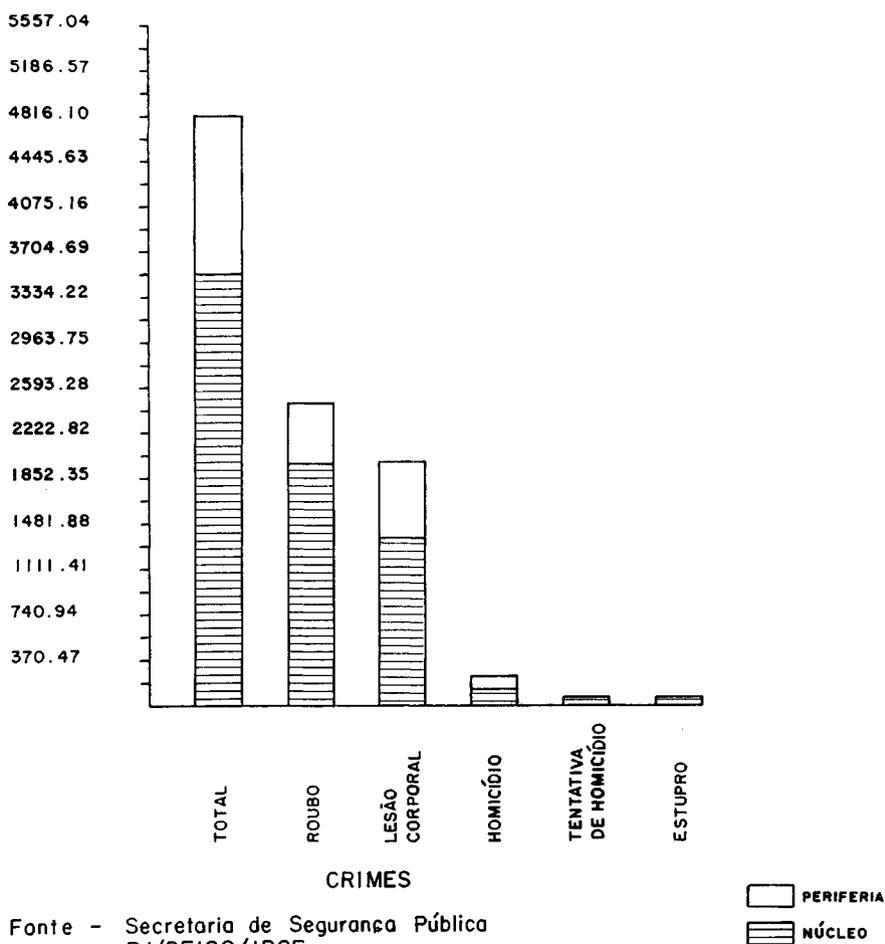
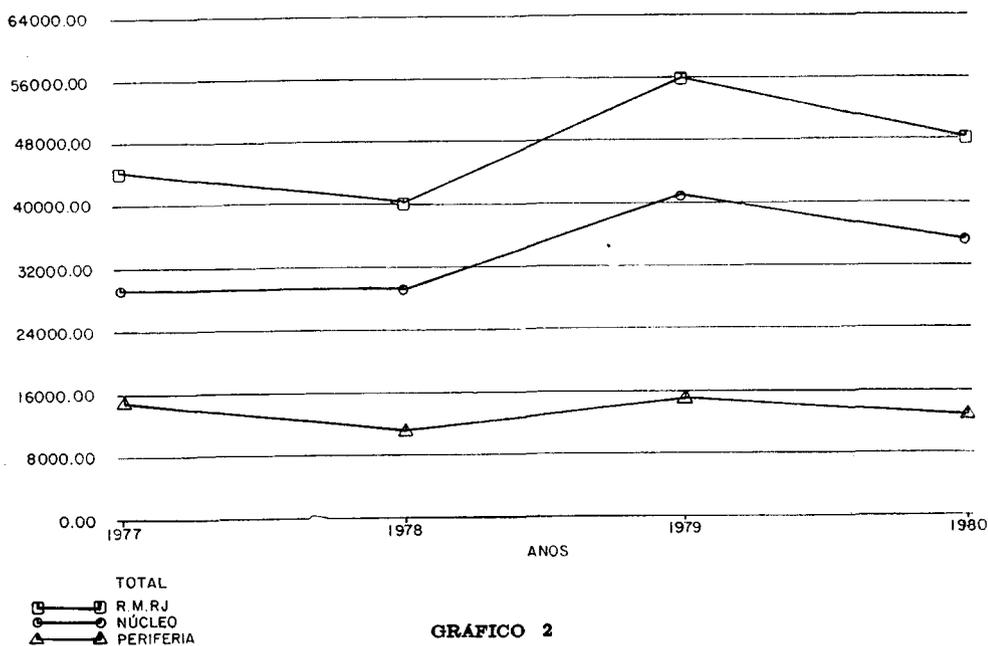
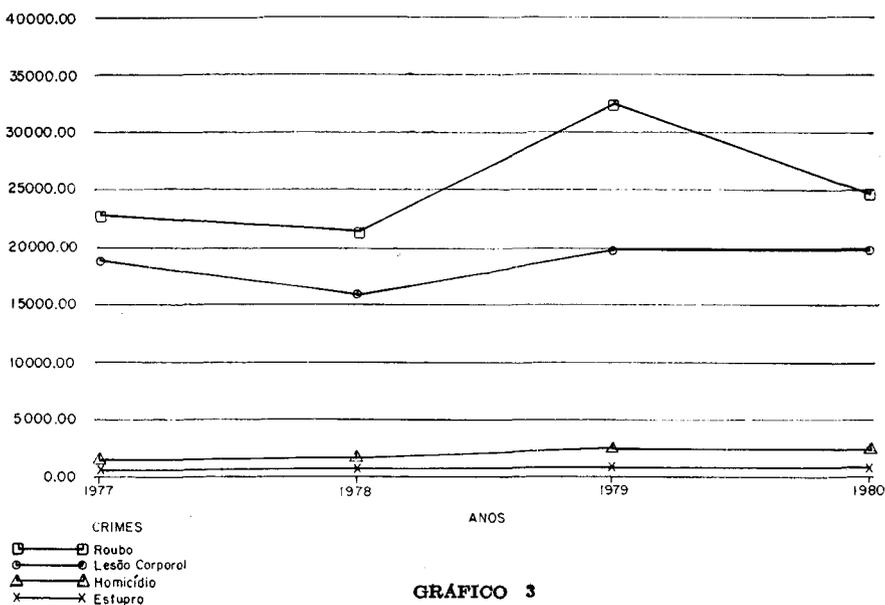


GRÁFICO 1

EVOLUÇÃO DOS CRIMES VIOLENTOS REGISTRADOS
REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO
1977 - 1980



EVOLUÇÃO DOS CRIMES VIOLENTOS REGISTRADOS SEGUNDO O TIPO
REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO



EVOLUÇÃO DOS CRIMES VIOLENTOS REGISTRADOS POR TIPO NÚCLEO

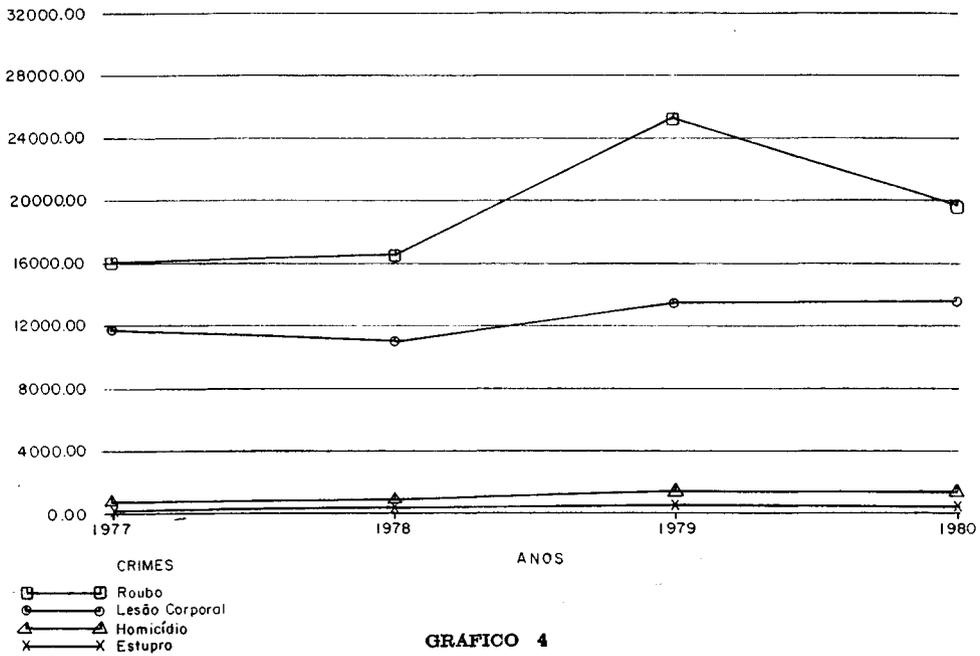


GRÁFICO 4

EVOLUÇÃO DOS CRIMES VIOLENTOS REGISTRADOS POR TIPO PERIFERIA

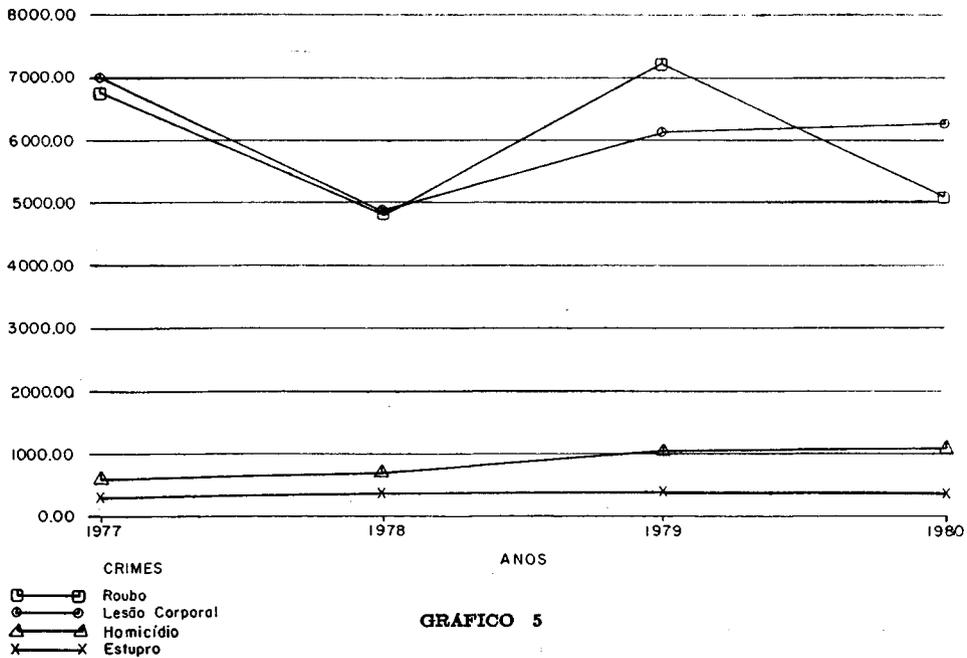
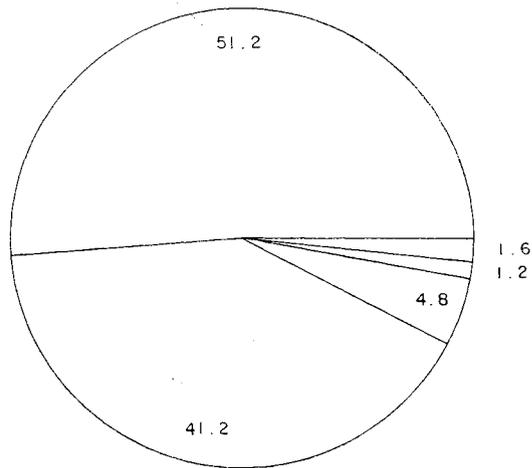


GRÁFICO 5

DISTRIBUIÇÃO DE CRIMES VIOLENTOS
REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO - 1980

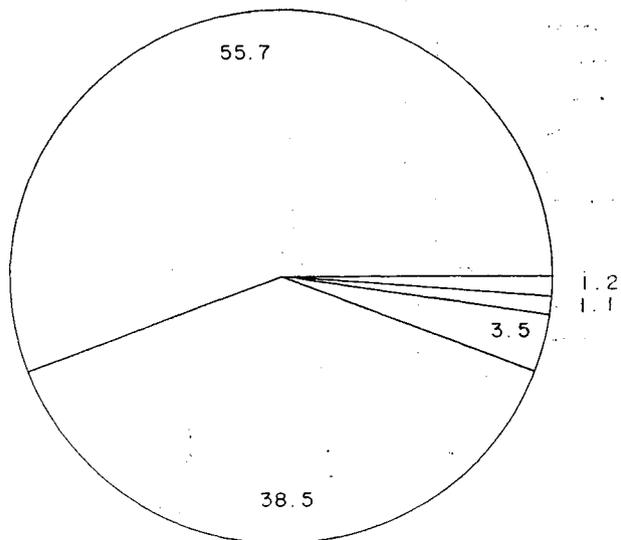


TOTAL

- 51.2 Roubo
- 41.2 Lesão corporal
- 4.8 Homicídio
- 1.2 Tentativa de homicídio
- 1.6 Estupro

GRÁFICO 6

DISTRIBUIÇÃO DE CRIMES VIOLENTOS
NÚCLEO - 1980

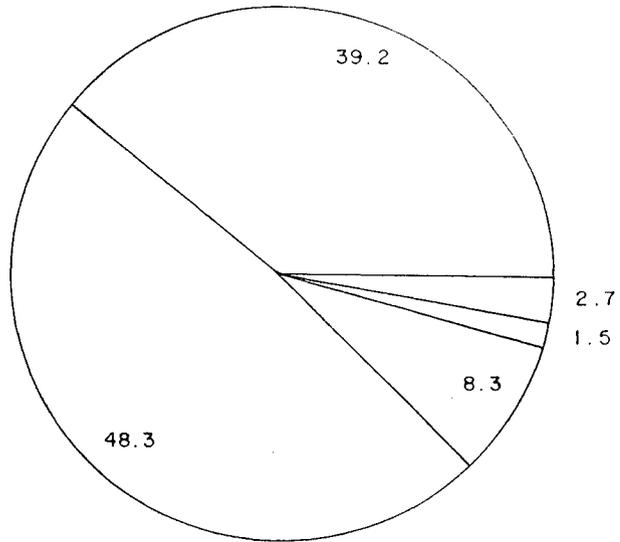


TOTAL

- 55.7 Roubo
- 38.5 Lesão corporal
- 3.5 Homicídio
- 1.1 Tentativa de homicídio
- 1.2 Estupro

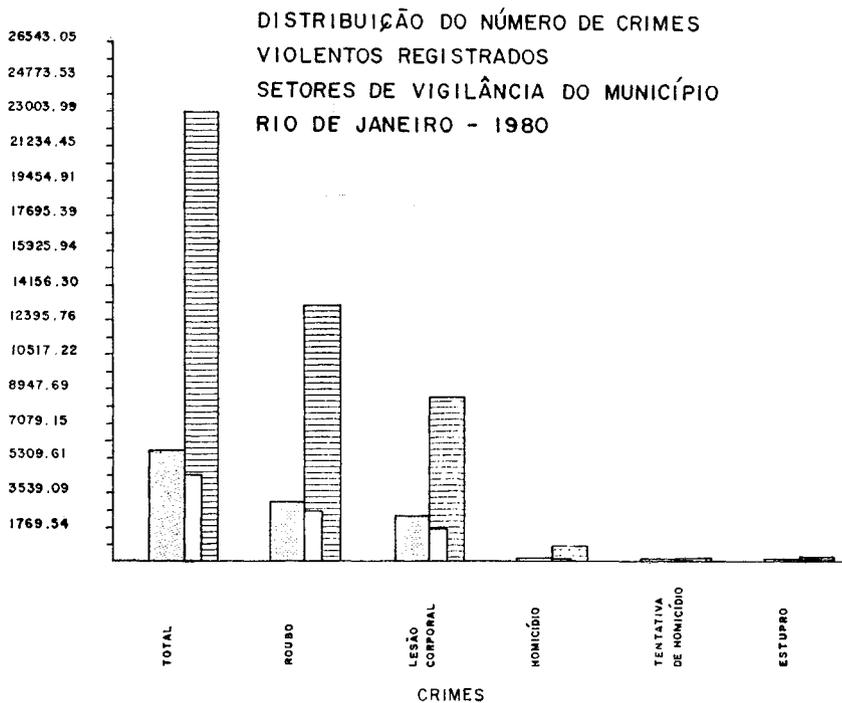
GRÁFICO 7

DISTRIBUIÇÃO DE CRIMES VIOLENTOS PERIFERIA - 1980



TOTAL
 39.2 Roubo
 48.3 Lesão corporal
 8.3 Homicídio
 1.5 Tentativa de homicídio
 2.7 Estupro

GRÁFICO 8

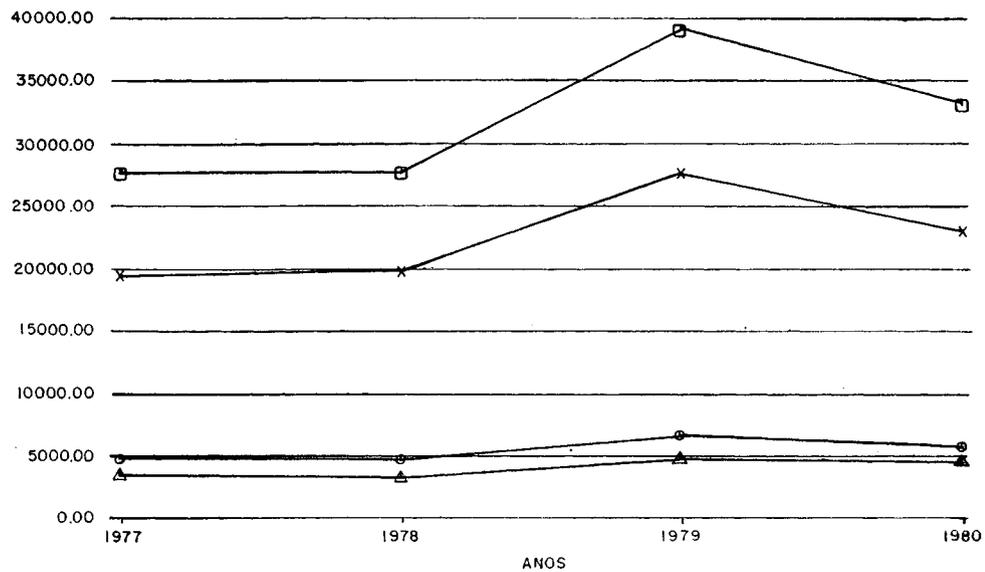


Fonte - Secretaria de Segurança Pública
 RJ/DEISO/IBGE

GRÁFICO 9

S.V.C
 S.V.S
 S.V.N

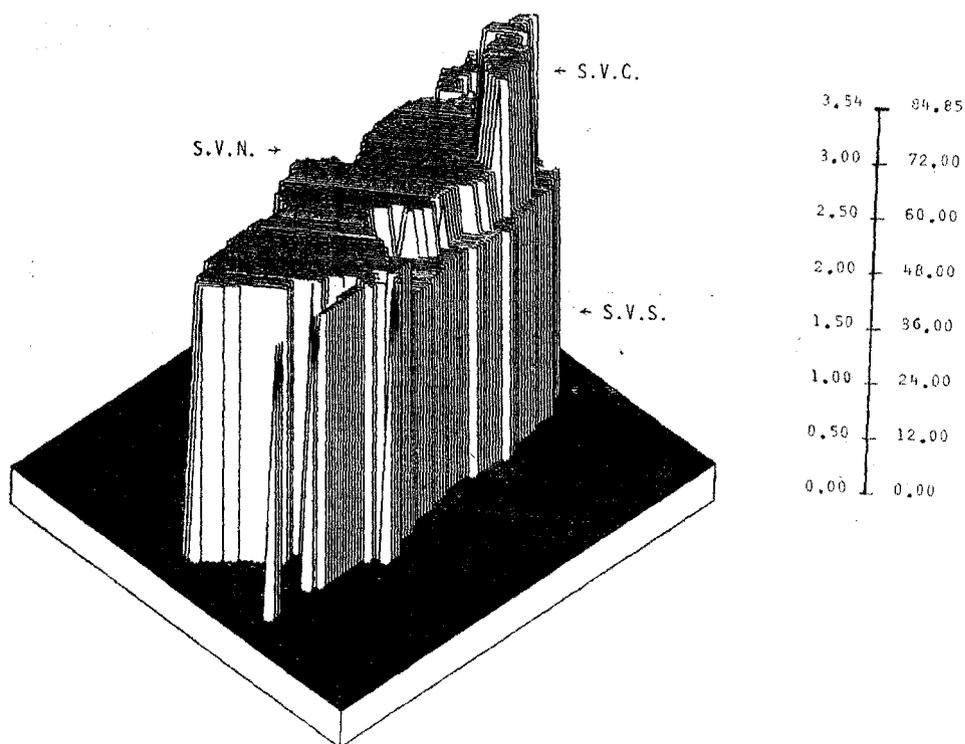
EVOLUÇÃO DOS CRIMES VIOLENTOS REGISTRADOS
RIO DE JANEIRO
1977-1980



TOTAL
 □ RJ
 ○ SVC
 ▲ SVS
 × SVN

GRAFICO 10

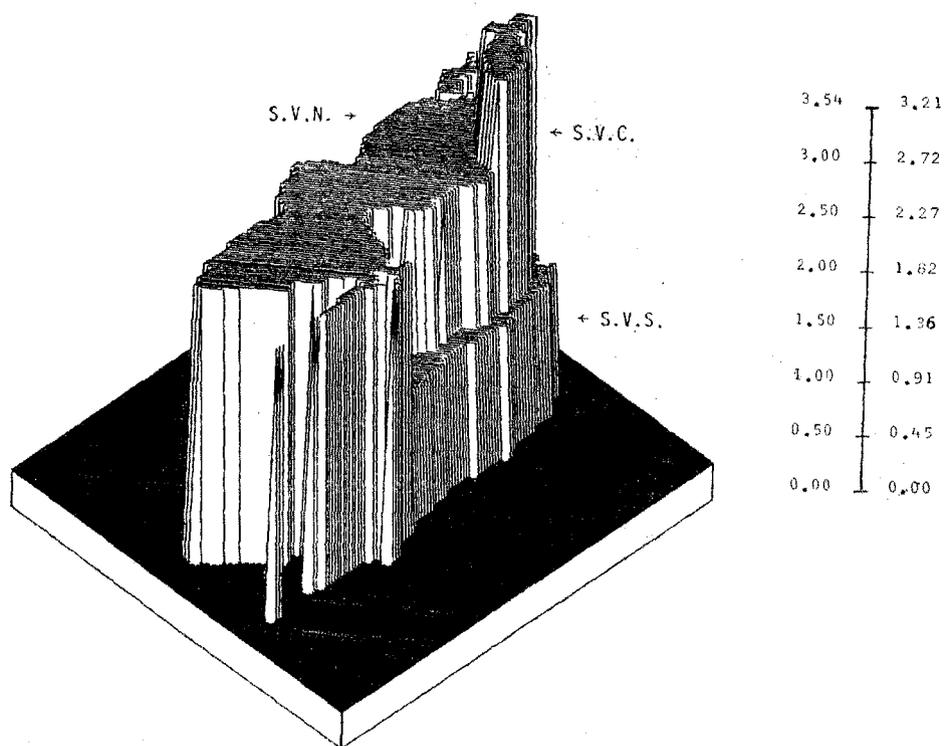
DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DO ÍNDICE DE CRIMINALIDADE VIOLENTA POR
 SETORES DE VIGILÂNCIA DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
 1980



FONTE — Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro e IBGE/DEISO. Elaborado por Ricardo Luiz Cardoso.
 MAPA 1

DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DO ÍNDICE DE HOMICÍDIO POR SETORES DE
VIGILÂNCIA DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

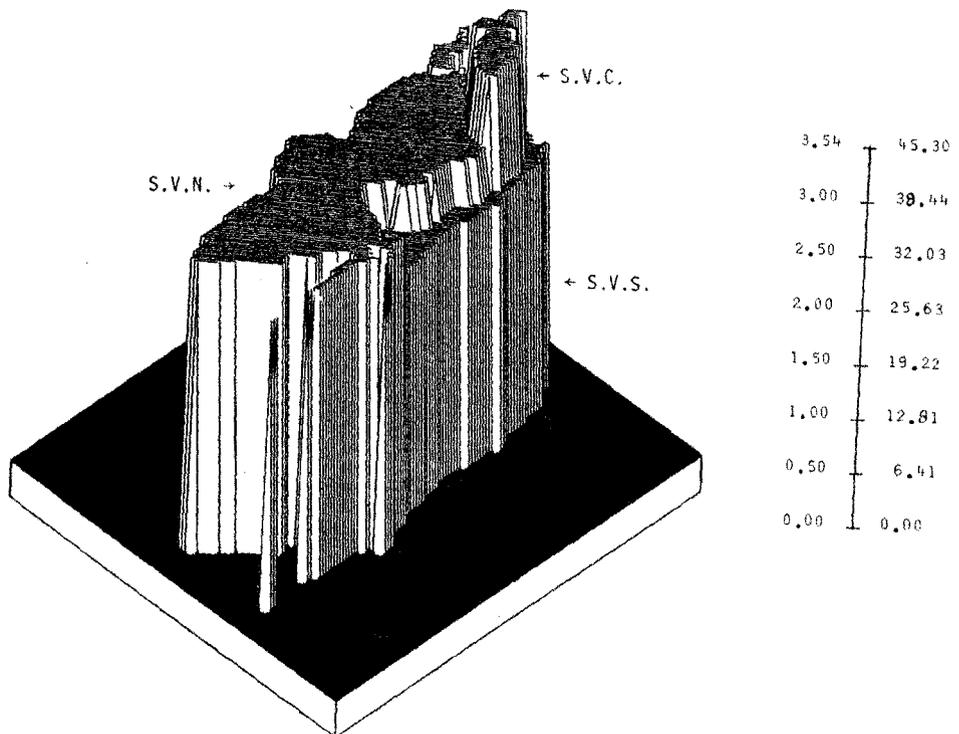
1980



FONTE — Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro e IBGE/DEISO. Elaborado por Ricardo Luiz Cardoso.

MAPA 2

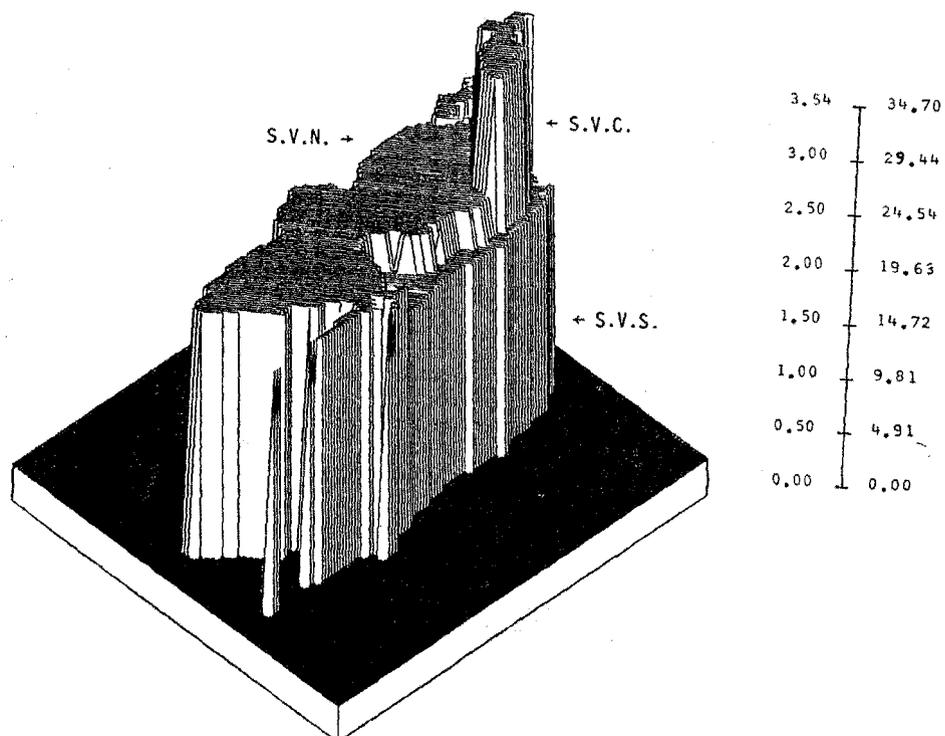
DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DO ÍNDICE DE ROUBO POR SETORES DE VIGILÂNCIA DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
1980



FONTE — Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro e IBGE/DEISO. Elaborado por Ricardo Luiz Cardoso.

MAPA 3

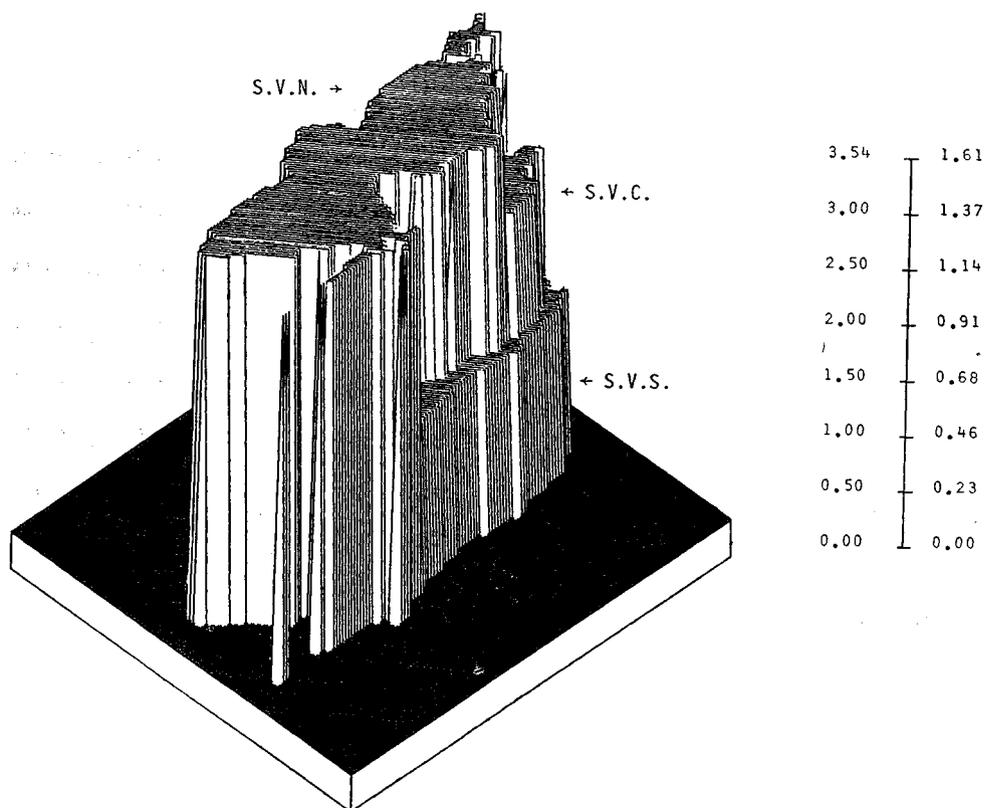
DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DO ÍNDICE DE LESÃO CORPORAL POR SETORES
DE VIGILÂNCIA DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
1980



FONTE — Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro e IBGE/DEISO. Elaborado por Ricardo Luiz Cardoso.

MAPA 4

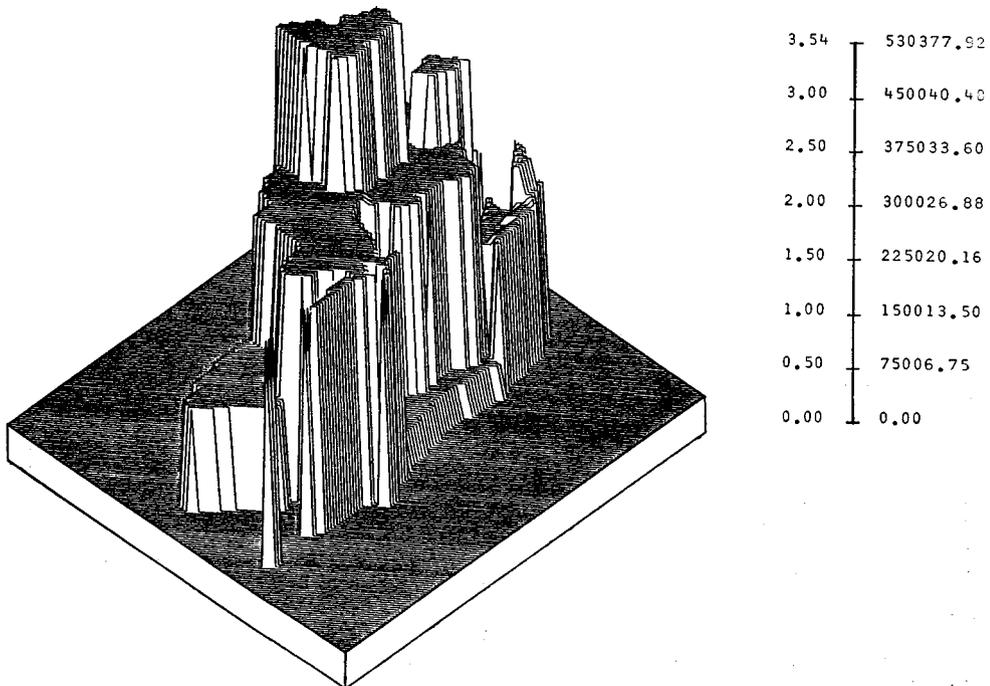
DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DO ÍNDICE DE ESTUPRO POR SETORES DE
VIGILÂNCIA DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
1980



FONTE — Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro e IBGE/DEISO. Elaborado por Ricardo Luiz Cardoso.

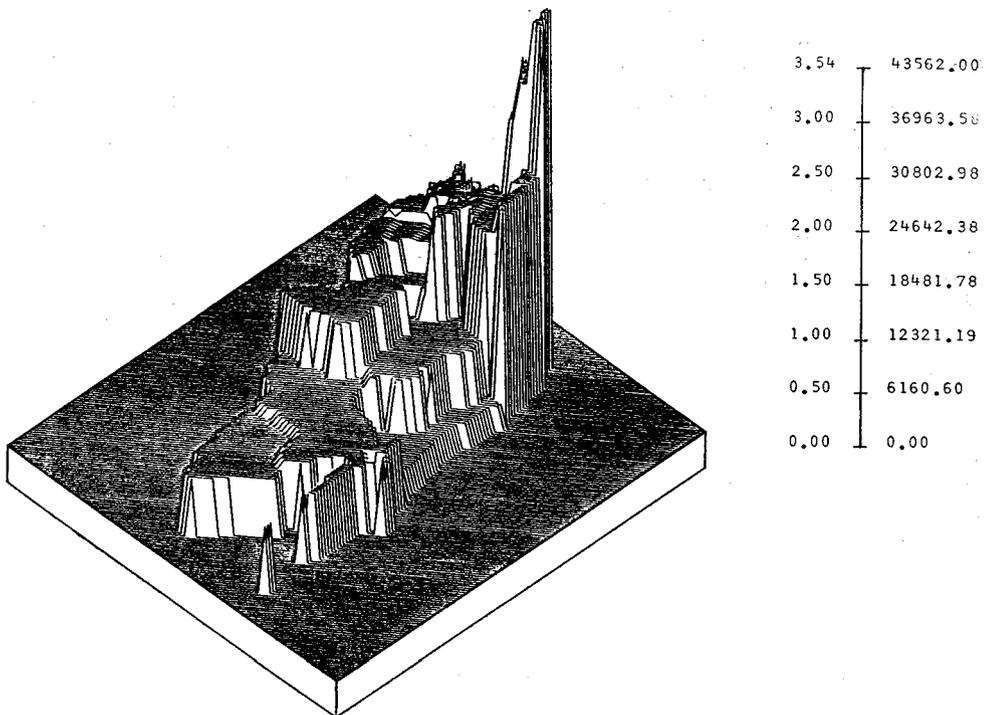
MAPA 5

POPULAÇÃO RESIDENTE — REGIÕES ADMINISTRATIVAS — RIO DE JANEIRO 1980



MAPA 6

DENSIDADE DEMOGRÁFICA LÍQUIDA — REGIÕES ADMINISTRATIVAS — RIO DE JANEIRO 1980



MAPA 7

TABELA 1

**CRIMES VIOLENTOS NA REGIÃO METROPOLITANA DO
RIO DE JANEIRO — 1977-80**

MUNICÍPIOS E SETORES DE VIGILÂNCIA (1)	TOTAL DE CRIMES VIOLENTOS				HOMICÍDIOS							
					Doloso				Tentativa			
	77	78	79	80	77	78	79	80	77	78	79	80
TOTAL	44 204	40 109	55 918	48 161	1 336	1 551	2 388	2 312	545	497	586	579
1 — Rio de Janeiro	27 680	27 737	39 085	33 100	703	805	1 284	1 182	326	270	352	355
Setor de Vigilância Centro.....	4 809	4 739	6 706	5 710	157	163	258	216	82	85	65	66
Setor de Vigilância Sul.....	3 418	3 235	4 748	4 386	77	62	86	97	46	30	42	48
Setor de Vigilância Norte.....	19 453	19 763	27 618	23 004	469	580	940	869	198	155	245	241
2 — Duque de Caxias	2 492	2 079	2 897	2 371	99	123	222	242	30	26	28	27
3 — Nova Iguaçu	5 030	3 620	5 310	4 297	290	274	384	394	57	79	64	85
4 — Nilópolis	1 038	741	1 056	758	18	29	40	37	11	5	12	5
5 — São João de Meriti	2 142	1 173	1 014	915	76	81	130	133	31	10	14	7
6 — Niterói	1 641	1 390	1 904	2 103	32	50	82	59	33	34	39	32
7 — São Gonçalo	2 189	1 601	2 286	2 237	54	79	119	119	19	26	22	16
8 — Maricá	109	62	129	120	2	4	3	10	—	4	2	3
9 — Itaboraí	368	322	475	439	12	17	34	21	7	7	16	13
10 — Magé	593	584	758	896	21	40	47	62	20	18	9	21
11 — Petrópolis	447	409	507	474	9	17	14	18	3	9	9	6
12 — Itaguaí	284	248	300	311	12	20	21	25	6	6	12	7
13 — Mangaratiba	82	47	73	58	7	2	3	1	—	1	1	—
14 — Paracambi	109	96	137	82	1	10	5	9	2	2	6	2

MUNICÍPIOS E SETORES DE VIGILÂNCIA (1)	HOMICÍDIOS											
	Roubo				Lesão corporal				Estupro			
	77	78	79	80	77	78	79	80	77	78	79	80
TOTAL	22 862	21 372	32 497	24 676	18 826	15 912	19 614	19 838	635	777	833	756
1 — Rio de Janeiro	15 562	16 051	24 549	19 759	10 790	10 244	12 461	12 429	299	367	426	375
Setor de Vigilância Centro.....	2 605	2 655	4 010	3 048	1 936	1 806	2 337	2 335	29	30	36	45
Setor de Vigilância Sul.....	1 838	1 666	3 048	2 558	1 407	1 435	1 524	1 650	50	42	48	33
Setor de Vigilância Norte.....	11 119	11 730	17 491	13 153	7 447	7 003	8 600	8 444	220	295	342	297
2 — Duque de Caxias	1 321	1 035	1 664	1 242	991	812	924	782	51	83	59	78
3 — Nova Iguaçu	2 831	1 890	2 830	1 787	1 731	1 236	1 869	1 887	121	141	163	144
4 — Nilópolis	561	427	628	292	425	252	349	415	23	28	27	9
5 — São João de Meriti	1 099	635	521	399	879	397	329	344	57	50	20	32
6 — Niterói	528	481	739	843	1 030	798	1 014	1 141	18	27	30	28
7 — São Gonçalo	544	455	810	692	1 562	1 008	1 295	1 391	10	33	40	19
8 — Maricá	21	11	23	16	86	41	99	89	—	2	2	2
9 — Itaboraí	53	58	113	92	285	229	291	301	11	11	21	12
10 — Magé	143	164	301	304	380	340	374	472	29	22	27	37
11 — Petrópolis	76	83	123	115	357	299	357	330	2	1	4	5
12 — Itaguaí	111	69	142	110	147	147	115	159	8	6	10	10
13 — Mangaratiba	8	7	18	13	64	34	49	41	3	3	2	3
14 — Paracambi	4	6	36	12	99	75	68	57	3	3	2	2

FONTES — Anuários de Estatística Criminal do Estado do Rio de Janeiro, Secretaria de Estado de Segurança Pública, 1978 e 1979.

Fita magnética cedida pela Secretaria de Estado de Segurança Pública com dados relativos aos anos de 1979 e 1980.

NOTA — (1) Os Setores de Vigilância, embora hoje não mais utilizados pela Secretaria de Segurança Pública, corresponde às seguintes Regiões Administrativas do Município do Rio de Janeiro:

Setor de Vigilância Centro: I, II, III, VII, VIII e IX Regiões Administrativas.

Setor de Vigilância Sul: IV, V, VI, XXIII e XXIV Regiões Administrativas.

Setor de Vigilância Norte: X, XI, XII, XIII, XIV, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXI, e XXII Regiões Administrativas.

TABELA 1a

**ÍNDICE DE CRIMINALIDADE VIOLENTA ⁽¹⁾ POR 10.000 HABITANTES
NA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO — 1977-80**

MUNICÍPIOS E SETORES DE VIGILÂNCIA	TOTAL				HOMICÍDIOS							
					Doloso				Tentativa			
	77	78	79	80	77	78	79	80	77	78	79	80
TOTAL	52,76	46,69	63,54	53,42	1,59	1,80	2,71	2,56	0,65	0,57	0,66	0,64
1 — Rio de Janeiro.....	57,40	56,48	78,12	65,01	1,46	1,64	2,57	2,32	0,67	0,55	0,70	0,69
Setor de Vigilância Centro.....	72,23	70,97	100,03	84,85	2,36	2,44	3,84	3,21	1,23	1,27	0,96	0,98
Setor de Vigilância Sul.....	42,86	40,10	58,18	53,13	0,96	0,77	1,05	1,18	0,58	0,37	0,51	0,58
Setor de Vigilância Norte.....	57,91	57,51	78,58	64,03	1,39	1,69	2,67	2,42	0,59	0,45	0,69	0,67
2 — Duque de Caxias.....	47,20	65,99	51,79	41,20	1,88	2,24	3,96	4,20	0,56	0,47	0,50	0,47
3 — Nova Iguaçu.....	51,93	35,87	50,52	39,25	3,00	1,72	3,65	3,59	0,59	0,78	0,61	0,78
4 — Nilópolis.....	71,96	50,51	70,77	49,97	1,23	1,97	2,68	2,43	0,76	0,34	0,80	0,32
5 — São João de Meriti.....	58,33	31,07	26,14	22,95	2,07	2,15	3,35	3,34	0,84	0,26	0,36	0,18
6 — Niterói.....	43,68	36,23	48,60	52,56	0,85	1,30	2,09	1,47	0,88	0,89	0,99	0,79
7 — São Gonçalo.....	39,60	27,95	38,50	36,39	0,97	1,38	2,00	1,94	0,34	0,45	0,37	0,26
8 — Maricá.....	36,73	20,23	40,75	36,71	0,67	1,30	0,95	3,16	—	1,30	0,63	0,92
9 — Itaboraí.....	37,93	31,41	43,84	38,34	1,24	1,66	3,14	3,06	0,72	0,68	1,47	1,14
10 — Magé.....	40,03	37,90	47,32	53,80	1,42	2,60	2,93	3,72	1,35	1,17	0,56	1,26
11 — Petrópolis.....	19,91	17,80	21,50	19,60	0,40	0,73	0,59	0,74	0,13	0,39	0,38	0,25
12 — Itaguaí.....	36,35	30,26	34,89	34,48	1,54	2,44	2,44	2,77	0,76	0,73	1,40	0,78
13 — Mangaratiba.....	61,10	34,67	53,33	41,94	5,21	1,48	2,19	0,72	—	0,74	0,73	—
14 — Paracambi.....	37,90	32,79	46,00	27,82	0,35	3,42	1,68	2,97	0,69	0,68	2,01	1,31

MUNICÍPIOS E SETORES DE VIGILÂNCIA	HOMICÍDIOS											
	Roubo				Lesão corporal				Estupro(2)			
	77	78	79	80	77	78	79	80	77	78	79	80
TOTAL	27,29	24,87	36,93	27,37	22,47	18,52	22,28	22,00	1,47	1,76	1,91	1,63
1 — Rio de Janeiro.....	32,27	32,68	48,08	36,84	22,38	20,86	24,92	24,41	1,19	1,43	1,63	1,41
Setor de Vigilância Centro.....	39,16	39,76	59,82	45,30	29,10	27,04	34,86	34,70	0,82	0,85	1,01	1,26
Setor de Vigilância Sul.....	23,04	20,65	37,35	30,98	17,64	17,79	18,68	19,98	1,12	0,93	1,10	0,72
Setor de Vigilância Norte.....	33,08	34,14	49,78	36,61	22,17	20,38	24,45	23,50	1,28	1,68	1,89	1,61
2 — Duque de Caxias.....	25,01	18,87	29,75	21,58	18,76	16,52	16,51	13,59	1,93	3,05	2,10	2,69
3 — Nova Iguaçu.....	29,22	18,73	26,93	16,32	17,87	12,25	17,78	17,24	2,49	2,67	4,29	2,62
4 — Nilópolis.....	38,89	29,11	42,09	19,25	29,46	17,18	23,39	27,36	3,13	3,74	3,54	1,16
5 — São João de Meriti.....	29,92	16,82	13,42	10,01	23,93	10,52	8,48	8,62	3,08	2,63	1,02	1,59
6 — Niterói.....	14,05	12,54	18,86	21,07	27,41	20,80	26,88	28,52	0,81	1,34	1,46	1,33
7 — São Gonçalo.....	9,84	7,94	13,64	11,26	28,26	17,59	21,81	22,63	0,35	1,14	1,34	0,61
8 — Maricá.....	7,07	3,59	7,27	4,89	28,98	13,37	31,27	27,22	—	1,36	1,31	1,27
9 — Itaboraí.....	5,46	5,65	10,43	6,04	29,38	22,34	26,86	26,29	2,33	2,21	3,97	2,14
10 — Magé.....	9,65	10,64	18,79	18,07	25,65	22,06	23,35	28,34	3,97	2,90	3,42	4,51
11 — Petrópolis.....	3,38	3,61	5,22	4,75	15,90	13,00	15,14	13,64	0,18	0,09	0,33	0,41
12 — Itaguaí.....	14,21	8,42	16,51	12,20	18,81	17,93	13,37	17,63	2,11	1,50	2,39	2,27
13 — Mangaratiba.....	5,96	5,16	13,15	9,40	47,67	25,08	35,79	29,65	4,65	4,60	3,03	4,50
14 — Paracambi.....	1,39	2,05	12,08	3,95	34,43	25,62	29,53	18,78	2,15	2,09	1,37	1,34

FONTES — Censo Demográfico do Estado da Guanabara e do Rio de Janeiro 1970; Sinopse preliminar do Censo do Estado do Rio de Janeiro 1980; Anuários de Estatísticas Criminais 1977 e 1978, Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro; Arquivos de Estatísticas Criminais 1979 e 1980, cedido pela Secretaria de Segurança Pública; IBGE/DEISO.

NOTAS — (1) Índice de Criminalidade Violenta = $\frac{\text{número de crimes violentos registrados}}{\text{População Total}} \times 10.000$.

(2) Calculada somente sobre a população feminina.

TABELA 1b

VARIAÇÃO PERCENTUAL DOS CRIMES VIOLENTOS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO SEGUNDO OS SETORES DE VIGILÂNCIA (1977 = 100) — 1977-80

TIPOS DE CRIMES E SETORES DE VIGILÂNCIA	1977	1978	1979	1980
TOTAL	100,0	100,2	141,2	119,6
Setor de Vigilância Centro.....	100,0	98,5	139,5	118,7
Setor de Vigilância Sul.....	100,0	94,7	138,9	128,0
Setor de Vigilância Norte.....	100,0	101,6	142,0	118,3
Homicídio doloso.....	100,0	114,5	182,7	168,1
Setor de Vigilância Centro.....	100,0	103,8	164,3	137,6
Setor de Vigilância Sul.....	100,0	80,5	111,7	126,0
Setor de Vigilância Norte.....	100,0	123,7	200,4	185,3
Roubo.....	100,0	103,1	157,8	120,5
Setor de Vigilância Centro.....	100,0	101,9	153,9	117,0
Setor de Vigilância Sul.....	100,0	90,6	165,8	139,2
Setor de Vigilância Norte.....	100,0	105,5	157,3	118,3
Lesão corporal.....	100,0	94,9	115,5	115,2
Setor de Vigilância Centro.....	100,0	93,3	120,7	120,6
Setor de Vigilância Sul.....	100,0	102,0	108,3	117,3
Setor de Vigilância Norte.....	100,0	94,0	115,5	113,4
Estupro.....	100,0	122,7	142,5	125,4
Setor de Vigilância Centro.....	100,0	103,5	124,1	155,2
Setor de Vigilância Sul.....	100,0	84,0	96,0	66,0
Setor de Vigilância Norte.....	100,0	134,1	155,5	135,0

FONTES — Anuários de Estatística Criminal do Estado do Rio de Janeiro, Secretaria de Estado de Segurança Pública, 1978 e 1979; fita magnética cedida pela Secretaria de Estado de Segurança Pública com dados relativos aos anos de 1979 e 1980.

TABELA 2

CRIMES VIOLENTOS NA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO NÚCLEO/PERIFERIA — 1977-80

REGIÃO METROPOLITANA	TOTAL				HOMICÍDIOS							
					Doloso				Tentativa			
	77	78	79	80	77	78	79	80	77	78	79	80
TOTAL	44 204	40 109	55 918	48 161	1 336	1 551	2 388	2 312	545	497	586	579
Núcleo.....	29 321	29 127	40 976	35 203	735	855	1 366	1 241	359	304	391	387
(%).....	(66,3)	(72,6)	(73,3)	(73,1)	(55,0)	(55,1)	(57,2)	(53,7)	(65,9)	(61,2)	(66,7)	(66,8)
Periferia.....	14 883	10 982	14 942	12 958	601	696	1 022	1 071	186	193	195	192
(%).....	(33,7)	(27,4)	(26,7)	(26,9)	(45,0)	(44,9)	(42,8)	(46,3)	(34,1)	(38,8)	(33,3)	(33,2)

REGIÃO METROPOLITANA	HOMICÍDIOS											
	Roubo				Lesão corporal				Estupro			
	77	78	79	80	77	78	79	80	77	78	79	80
TOTAL	22 862	21 372	32 497	24 676	18 826	15 912	19 614	19 838	635	777	833	756
Núcleo.....	16 090	16 532	25 288	19 602	11 820	11 042	13 475	13 570	317	394	456	403
(%).....	(70,4)	(77,4)	(77,8)	(79,4)	(62,8)	(69,4)	(68,7)	(68,4)	(49,9)	(50,7)	(54,7)	(53,3)
Periferia.....	6 772	4 840	7 209	5 074	7 006	4 870	6 139	6 268	318	383	377	353
(%).....	(29,6)	(22,6)	(22,2)	(20,6)	(37,2)	(30,6)	(31,3)	(31,6)	(51,1)	(49,3)	(45,3)	(46,7)

FONTES — Secretaria de Estado de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro e IBGE/DEISO.

TABELA 2a

VARIAÇÃO PERCENTUAL DOS CRIMES VIOLENTOS NA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO

NÚCLEO/PERIFERIA — 1977-80

REGIÃO METROPOLITANA	TOTAL				HOMICÍDIO							
					Doloso				Tentativa			
	77	78	79	80	77	78	79	80	77	78	79	80
Núcleo.....	100,0	99,3	139,8	120,1	100,0	116,3	185,9	168,8	100,0	84,7	108,9	107,8
Periferia.....	100,0	73,8	100,3	87,1	100,0	115,8	170,0	178,2	100,0	103,8	104,8	103,2

REGIÃO METROPOLITANA	HOMICÍDIOS											
	Roubo				Lesão corporal				Estupro			
	77	78	79	80	77	78	79	80	77	78	79	80
Núcleo.....	100,0	102,7	157,2	121,8	100,0	93,4	114,1	114,8	100,0	124,3	143,8	127,1
Periferia.....	100,0	71,5	106,5	74,9	100,0	69,5	87,4	89,5	100,0	120,4	118,6	111,0

FONTES — Secretaria de Estado de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro e IBGE/DEISO.

TABELA 2b

ÍNDICE DE CRIMINALIDADE VIOLENTA ⁽¹⁾ POR 10.000 HABITANTES NA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO

NÚCLEO/PERIFERIA — 1977-80

REGIÃO METROPOLITANA	TOTAL DE CRIMES VIOLENTOS				HOMICÍDIOS							
					Doloso				Tentativa			
	77	78	79	80	77	78	79	80	77	78	79	80
Núcleo.....	55,79	54,32	74,94	62,39	1,40	1,60	2,50	2,22	0,68	0,57	0,71	0,70
Periferia.....	46,82	33,38	43,85	36,39	1,89	2,12	3,00	3,15	0,59	0,59	0,57	0,54

REGIÃO METROPOLITANA	HOMICÍDIOS											
	Roubo				Lesão corporal				Estupro ⁽²⁾			
	77	78	79	80	77	78	79	80	77	78	79	80
Núcleo.....	30,61	30,83	46,24	35,05	22,49	20,60	24,66	24,26	1,22	1,43	1,62	1,41
Periferia.....	21,30	14,71	21,17	14,25	22,04	14,80	17,99	17,60	1,85	2,30	2,44	1,99

FONTES — Secretaria de Estado de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro e IBGE/DEISO.

NOTAS — ⁽¹⁾Índice de criminalidade violenta = $\frac{\text{número de crimes violentos registrados}}{\text{População Total}} \times 10\ 000$.

⁽²⁾Calculado somente sobre a população feminina.

TABELA 3

**TAXA DE CRESCIMENTO DE DENSIDADE DEMOGRÁFICA
LÍQUIDA DAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS DO MUNICÍPIO DO
RIO DE JANEIRO — 1970-1980**

REGIÕES ADMINISTRATIVAS	POPULAÇÃO RESIDENTE 1970	POPULAÇÃO RESIDENTE 1980	TAXA DE CRESCIMENTO (%)	ÁREA URBANIZADA (Km ²)	DENSIDADE DEMOGRÁFICA LÍQUIDA (Hab/Km ²)
TOTAL.....	4 251 918	5 093 232	1,82	346,85	14 684
I — Portuária.....	51 052	46 080	-1,02	6,08	7 579
II — Centro.....	59 457	55 175	-0,74	5,10	10 819
III — Rio Comprido.....	96 781	93 933	-0,30	4,72	19 901
IV — Botafogo.....	256 250	268 047	0,45	7,46	35 931
V — Copacabana.....	239 256	228 703	-0,45	5,25	43 562
VI — Lagoa.....	175 586	218 002	2,19	8,48	25 708
VII — São Cristóvão.....	90 473	93 849	0,37	7,26	12 927
VIII — Tijuca.....	192 094	205 682	0,69	9,29	22 141
IX — Vila Isabel.....	157 980	178 176	1,21	7,99	22 300
X — Ramos.....	234 605	254 952	0,84	12,78	19 949
XI — Penha.....	286 892	315 837	0,97	17,41	18 141
XII — Méier.....	364 796	411 343	1,2	24,43	16 838
XIII — Engenho Novo.....	195 619	207 930	0,61	9,52	21 841
XIV — Irajá.....	240 433	273 281	1,30	16,00	17 080
XV — Madureira.....	267 321	277 537	0,38	21,21	13 085
XVI — Jacarepaguá.....	241 017	326 855	3,09	34,93	9 257
XVII — Bangu.....	372 433	530 378	3,60	36,16	14 668
XVIII — Campo Grande.....	230 324	333 941	3,78	41,29	8 088
XIX — Santa Cruz.....	92 927	151 372	5,00	21,61	7 005
XX — Ilha do Governador.....	105 651	171 316	4,95	10,56	16 223
XXI — Ilha de Paqueta.....	3 250	2 264	-3,55	1,09	2 007
XXII — Anchieta.....	233 037	337 873	3,78	19,44	17 380
XXIII — Santa Teresa.....	65 644	61 579	-0,64	1,97	31 258
XXIV — Barra da Tijuca.....	—(1)	48 117	—	16,82	2 920

FONTES — Censo Demográfico 1970. Sinopse do Censo Demográfico do Rio de Janeiro 1980, Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral.

NOTA — (1) Em 1970 não existia ainda a XXIV Região Administrativa da Barra da Tijuca que foi desmembrada da XVI Região Administrativa de Jacarepaguá e da VI Região Administrativa da Lagoa.

TABELA 4

**CARACTERÍSTICAS DAS VÍTIMAS DE CRIMES VIOLENTOS
OCORRIDOS NA 12.^a DELEGACIA POLICIAL DE
COPACABANA — 1978**

CARACTERÍSTICAS DA VÍTIMA	TOTAL DE VÍTIMAS	LESÃO CORPORAL	ROUBO	ESTUPRO
TOTAL⁽¹⁾	114	57	54	3
SEXO				
Masculino.....	65	29	36	—
Feminino.....	49	28	18	3
COR				
Branca.....	88	45	40	3
Preta.....	21	12	9	—
Sem declaração.....	5	—	5	—
IDADE				
Até 18.....	8	6	2	—
19 a 24.....	24	13	9	2
25 a 29.....	16	8	7	1
30 a 39.....	26	15	11	—
40 e mais.....	24	12	12	—
Sem declaração.....	16	3	13	—
NATURALIDADE				
Migrante.....	57	41	13	3
Não migrante.....	28	7	21	—
Sem declaração.....	29	9	20	—
ESTADO CIVIL				
Solteiro.....	68	39	28	1
Casado.....	31	13	17	1
Viúvo, desquitado.....	7	4	2	1
Sem declaração.....	8	1	7	—
OCUPAÇÃO				
População Economicamente Ativa (PEA)...	97	45	49	3
I.....	21	9	12	—
II a ⁽²⁾	59	29	27	3
b ⁽²⁾	1	1	—	—
III Outros.....	16	6	10	—
População não Economicamente Ativa (PEA)...	17	12	5	—
LOCAL DE MORADIA				
Copacabana.....	68	41	24	3
Outros bairros.....	44	15	29	—
Sem declaração.....	2	1	1	—
RELACIONAMENTO COM O AGRSSOR				
Cônjuge.....	3	3	—	—
Amante, namorado.....	12	12	—	—
Parente até o 3. ^o grau.....	2	2	—	—
Conhecido, amigo, vizinho.....	18	16	1	1
Desconhecido.....	70	15	53	2
Sem declaração.....	8	8	—	—

FONTE — 12.^a Delegacia de Copacabana.

NOTAS — (1) O total de crimes aqui reportado é uma amostra das ocorrências registradas na 12.^a Delegacia de Copacabana durante o ano de 1978. Assim, dos 196 roubos, 280 lesões corporais, 3 homicídios dolosos e 7 estupros registrados na 12.^a Delegacia em 1978 a nossa amostra cobre apenas 54 roubos, 57 lesões corporais, 3 estupros e nenhum homicídio doloso.

(2) Ocupação I = profissionais nível superior, militar, oficial empresários e administradores; profissionais de nível médio e de escritório. Ocupação II = a — empregados no comércio, indústria, prestação de serviços, transportes, defesa e segurança pública, b — autônomos.

TABELA 5

**CARACTERÍSTICAS DOS CRIMINOSOS SEGUNDO TIPOS DE
CRIMES VIOLENTOS NA 12.^a DELEGACIA POLICIAL DE
COPACABANA — 1978**

CARACTERÍSTICAS DO CRIMINOSO	TOTAL DE CRIMES	LESÃO CORPORAL	ROUBO	ESTUPRO
TOTAL	132	67	61	4
SEXO				
Masculino.....	111	47	60	4
Feminino.....	9	8	1	—
Sem declaração.....	12	12	—	—
COR				
Branca.....	54	22	29	3
Preta.....	37	9	27	1
Sem declaração.....	41	36	5	—
IDADE				
Até 18.....	4	2	2	—
19 a 24.....	20	4	15	1
25 a 29.....	15	3	11	1
30 a 39.....	14	9	4	1
40 e mais.....	4	4	—	—
Sem declaração.....	75	45	29	1
NATURALIDADE				
Migrante.....	18	16	2	—
Não migrante.....	9	6	2	1
Sem declaração.....	105	45	57	3
ESTADO CIVIL				
Solteiro.....	20	13	6	1
Casado.....	9	9	—	—
Viúvo, desquitado.....	1	1	—	—
Sem declaração.....	102	44	55	3
OCUPAÇÃO				
População Economicamente Ativa (PEA).....	23	20	2	1
I.....	2	2	—	—
II a —.....	19	17	2	—
b —.....	2	1	—	1
III outros.....	—	—	—	—
População não Economicamente Ativa (PEA) ..	—	—	—	—
Sem declaração.....	109	47	59	3
LOCAL DE MORADIA				
Copacabana.....	24	23	—	1
Outros bairros.....	13	7	6	1
Sem declaração.....	95	37	55	3

FONTE — Arquivo da 12.^a Delegacia Policial de Copacabana.

TABELA 6

**PROPORÇÃO DE VÍTIMAS E DE CRIMINOSOS SEGUNDO ALGUMAS
CARACTERÍSTICAS NA 12.^a DELEGACIA POLICIAL DE
COPACABANA — 1978**

CARACTERÍSTICAS	VÍTIMAS %	CRIMINOSOS %
TOTAL	114	132
SEXO		
Masculino.....	57,0	84,1
Feminino.....	43,0	6,8
Sem declaração.....	—	9,1
COR		
Branca.....	77,2	40,9
Preta.....	18,4	28,0
Sem declaração.....	4,4	31,1
IDADE		
Até 18.....	7,2	3,0
19 a 24.....	21,0	15,2
25 a 29.....	14,0	11,4
30 a 39.....	22,8	10,6
40 e mais.....	21,0	3,0
Sem declaração.....	14,0	56,8
NATURALIDADE		
Migrante.....	50,0	13,6
Não migrante.....	24,6	6,8
Sem declaração.....	25,4	79,5
ESTADO CIVIL		
Solteiro.....	59,7	15,2
Casado.....	27,2	6,8
Viúvo, desquitado.....	6,1	0,8
Sem declaração.....	7,0	77,2
OCUPAÇÃO		
População Economicamente Ativa (PEA).....	85,1	17,4
I.....	21,7	8,7
II a —.....	60,8	82,6
b —.....	1,0	8,7
III outros.....	16,5	
População não Economicamente Ativa (PEA).....	14,9	—
Sem declaração.....	—	82,6
LOCAL DE MORADIA		
Copacabana.....	59,7	18,2
Outros bairros.....	38,5	9,8
Sem declaração.....	1,8	72,0

FORTE — Arquivo da 12.^a Delegacia Policial de Copacabana.

TABELA 7

**CARACTERÍSTICAS GERAIS DE CRIMES VIOLENTOS OCORRIDOS
NA 12.^a DELEGACIA POLICIAL DE COPACABANA — 1978**

CARACTERÍSTICAS DO CRIME	TOTAL DE CRIMES	LESÃO CORPORAL	ROUBO	ESTUPRO
TOTAL	114	57	54	3
LOCALIZAÇÃO E RELACIONAMENTO				
Casa, estranho.....	5	1	4	—
Casa, não estranho.....	14	13	—	1
Rua, estranho.....	26	10	15	1
Rua, não estranho.....	9	9	—	—
Loja, estranho.....	27	—	27	—
Loja, não estranho.....	—	—	—	—
Outros, estranho.....	18	10	7	1
Outros, não estranho.....	10	9	1	—
Sem declaração.....	5	5	—	—
HORA DO CRIME				
Dia.....	48	17	29	2
Noite.....	56	31	24	1
Sem declaração.....	10	9	1	—
ARMA DO CRIME				
Fogo.....	49	3	46	—
Branca.....	4	3	1	—
Mãos, pés.....	47	41	3	3
Outros.....	8	8	—	—
Sem declaração.....	6	2	4	—

FONTE — Arquivo 12.^a Delegacia Policial de Copacabana.

Apêndice 2

APÊNDICE A

DELEGACIAS DE POLÍCIA QUE COBREM A REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO

MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

- 1a. Delegacia — Praça Mauá
- 2a. Delegacia — Saúde
- 3a. Delegacia — Castelo
- 4a. Delegacia — Praça da República
- 5a. Delegacia — Mem de Sá
- 6a. Delegacia — Praça Onze
- 7a. Delegacia — Santa Tereza
- 8a. Delegacia — Rio Comprido
- 9a. Delegacia — Flamengo
- 10a. Delegacia — Botafogo
- 12a. Delegacia — Copacabana
- 13a. Delegacia — Ipanema
- 14a. Delegacia — Leblon
- 15a. Delegacia — Gávea
- 16a. Delegacia — Barra da Tijuca
- 17a. Delegacia — São Cristóvão
- 18a. Delegacia — Praça da Bandeira
- 19a. Delegacia — Tijuca
- 20a. Delegacia — Grajaú
- 21a. Delegacia — Bonsucesso
- 22a. Delegacia — Penha
- 23a. Delegacia — Méier
- 24a. Delegacia — Piedade
- 25a. Delegacia — Engenho Novo
- 26a. Delegacia — Encantado
- 27a. Delegacia — Vicente de Carvalho
- 28a. Delegacia — Campinho
- 29a. Delegacia — Magno
- 30a. Delegacia — Marechal Hermes
- 31a. Delegacia — Ricardo de Albuquerque
- 32a. Delegacia — Jacarepaguá
- 33a. Delegacia — Realengo
- 34a. Delegacia — Bangu
- 35a. Delegacia — Campo Grande
- 36a. Delegacia — Santa Cruz
- 37a. Delegacia — Ilha do Governador
- 38a. Delegacia — Irajá
- 39a. Delegacia — Pavuna
- 40a. Delegacia — Honório Gurgel

MUNICÍPIO DE MANGARATIBA

- 49a. Delegacia

MUNICÍPIO DE ITAGUAÍ

- 50a. Delegacia

MUNICÍPIO DE PARACAMBI

- 51a. Delegacia

MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU

- 52a. Delegacia
- 53a. Delegacia
- 54a. Delegacia
- 55a. Delegacia

MUNICÍPIO DE NILÓPOLIS

- 57a. Delegacia

MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS

- 59a. Delegacia
- 60a. Delegacia
- 61a. Delegacia
- 62a. Delegacia

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DE MERITI

- 64a. Delegacia

MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS

- 67a. Delegacia

MUNICÍPIO DE ITABORAÍ

- 71a. Delegacia

MUNICÍPIO DE MAGÉ

- 69a. Delegacia
- 70a. Delegacia

MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

- 72a. Delegacia
- 73a. Delegacia
- 74a. Delegacia

MUNICÍPIO DE NITERÓI

- 76a. Delegacia
- 77a. Delegacia
- 78a. Delegacia
- 79a. Delegacia

MUNICÍPIO DE MARICÁ

- 82a. Delegacia

APÊNDICE B

DELEGACIAS DE POLÍCIA E REGIÕES ADMINISTRATIVAS QUE COMPÕEM OS SETORES DE VIGILÂNCIA

SETOR VIGILÂNCIA CENTRO		SETOR VIGILÂNCIA NORTE				SETOR VIGILÂNCIA SUL	
Delegacias	Regiões Administrativas	Delegacias	Regiões Administrativas		Delegacias	Regiões Administrativas	
1a. Praça Mauá	I Portuária	21a. Bonsucesso	X Ramos		7a. Santa Tereza	IV Botafogo	
2a. Saúde	II Centro	22a. Penha	XI Penha		9a. Flamengo	V Copacabana	
3a. Castelo	III Rio Comprido	23a. Méier	XII Méier		10a. Botafogo	VI Lagoa	
4a. Praça da República	VII São Cristóvão	24a. Piedade	XIV Irajá		12a. Copacabana	XXIII Santa Tereza	
5a. Mem de Sá	VIII Tijuca	25a. Engenho Novo	XV Madureira		13a. Ipanema	XXIV Barra da Tijuca	
6a. Praça Onze	IX Vila Isabel	26a. Encantado	XVI Jacarepaguá		14a. Leblon		
8a. Cidade Nova		27a. Vicente Carvalho	XVII Bangu		15a. Gávea		
17a. São Cristóvão		28a. Campinho	XVIII Campo Grande		16a. Barra da Tijuca		
18a. Praça da Bandeira		29a. Magno	XIX Santa Cruz				
19a. Tijuca		30a. Marechal Hermes	XX Ilha do Governador				
20a. Grajaú		31a. Ricardo de Albuquerque	XXI Ilha de Paquetá				
		32a. Jacarepaguá	XXII Anchieta				
		33a. Realengo					
		34a. Bangu					
		35a. Campo Grande					
		36a. Santa Cruz					
		37a. Ilha do Governador					
		38a. Irajá					
		39a. Pavuna					
		40a. Honório Gurgel					

FONTE — IBGE/DEISO.

APÊNDICE C

LIMITES DA 12.^a DELEGACIA DE COPACABANA

Alto do Morro da Saudade, desce a confluência da Rua Euclides da Rocha com Ladeira Tabajaras, sobe ao ponto mais alto do Morro de São João e desce o viaduto sobre a Ladeira do Leme (incluído), daí à Estrada General Cardoso de Aguiar (incluída) até o alto do Morro da Babilônia, em linha reta até o cume do Morro do Urubú em direção ao litoral. Segue pela orla marítima, contorna o Morro do Leme até o prolongamento da Rua Xavier da Silveira, Praça Eugênio Jardim, Rua Henrique Dosedwort e Praça Felinto Muller (excluídos), em linha reta até o alto do Morro dos Cabritos e Morro da Saudade.

8 — BIBLIOGRAFIA

- 1 — ANUÁRIO DE ESTATÍSTICA CRIMINAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO 1977. Rio de Janeiro, Secretaria do Estado de Segurança Pública, julho 1978.
- 2 — ——— 1978. Rio de Janeiro, Secretaria do Estado de Segurança Pública, março 1979.
- 3 — ——— 1979. Rio de Janeiro, Secretaria do Estado de Segurança Pública, agosto de 1980.
- 4 — APROPRIAÇÃO dos benefícios das ações do Estado em áreas urbanas; seus determinantes e análise através de ecologia fatorial. D. M. Vetter; D. M. A. Pinto; O. B. L. Fredrich; R. M. R. Massena. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 43(4):457-76, out./dez. 1981.

- 5 — AVISON, N. H. Criminal statistics as social indicators. In: SHONFIELD, A.; SHAW, S. *Social indicators and social policy*. London, Social Science Research Council, 1972.
- 6 — BARROS, J. M. A. Mais uma vez: a utilização político-ideológica da delinquência. *Educação e Sociedade*, São Paulo, 2(6):5-18, junho 1980.
- 7 — BEHRENS, Alfredo. A distribuição da renda real no contexto urbano; o caso da cidade do Rio de Janeiro. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, 11(2):499-536, agosto 1981.
- 8 — CAMPOS, Edmundo. Sobre sociólogos, pobreza e crime. *Dados*; revista de ciências sociais, Rio de Janeiro, 23(3):377-83, 1980.
- 9 — CAPONE, D. L.; NICHOLS, W. W. Jr. Urban structure and criminal mobility. *American Behavioral Scientist*, Beverly Hills, Califórnia, 20(2):199-213, nov./dec. 1976.
- 10 — CAPOALE, R.; McELROY, E. *Toward the formulation of crime indicators; Robberies in Los Angeles Country*. In: Prototype Social Report for Los Angeles Country, Los Angeles, UCLA/School of Architecture and Urban Plannings, 261-89.
- 11 — COELHO, E. C. A criminalidade da marginalidade. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, 12(2):139-61, abr./jun. 1978.
- 12 — COHEN, L. E.; FELSON, M. Social change and crime rate trends; a routine activity approach. *American Sociological Review*, Washington, 44(4):588-608, agosto 1979.
- 13 — CRIME and victims; a report on the Dayton — San Jose Pilot Survey of victimization. Washington, National Criminal Justice Information and Statistics Service, 1974.
- 14 — FARLEY, J. E.; HANSEL, M. The ecological context of urban crime; a further exploration. *Urban Affairs Quarterly*, Beverly Hills, Califórnia, 17(1):37-54, sept. 1981.
- 15 — GEORGES, D. E. *The geography of crime and violence; a spatial and ecological perspective*. Washington DC, Association of American Geographers (Resource papers for college geography, 78(1)), 1978.
- 16 — GOLD, Robert. Urban violence and contemporary defensive cities. *Journal of the American Institute of Planners*, 36(3), may 1970.
- 17 — JOANIDES, H. M. *Boca do lizo*. São Paulo, Ed. Populares, 1977.
- 18 — KOWARICK, L.; ANT, C. *Violência; reflexões, sobre a banalidade do cotidiano em São Paulo*. Trabalho apresentado no Seminário de Estudos Urbanos, IUPERJ, Rio de Janeiro, em março de 1981.
- 19 — LINS, R. L. *A formação de um novo personagem; o homem violento*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980. (Encontros com a civilização Brasileira, 24).
- 20 — LOFTIN, C.; HILL, R. H. Regional subculture and homicide; an examination of the gastil — Hackney thesis. *American Sociological Review*, Washington, 39(5):714-24, oct. 1974.
- 21 — MASSENA, R. M. R. O valor da terra urbana no Município do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro, 37(148):483-527, out./dez. 1976.
- 22 — OLIVEN, R. G. A violência como mecanismo e dominação e estratégia de sobrevivência. *Dados*; revista de ciências sociais, Rio de Janeiro, 23(3):371-6, 1980 (não tem periodicidade certa).
- 23 — REISS, A. J. Jr. Public safety; marphaling crime statistics. *Annals of the American academy of Political and Social Science*, Philadelphia, (453): 222-36, jan. 1981.
- 24 — SCHMID, Calvin F. Urban crime areas; part I. *American Sociological Review*, 25(4):527-42, aug. 1960. Albang — N. I.
- 25 — ————. ————; part II. *American Sociological Review*, Washington, 25(5):655-78, oct. 1960.
- 26 — SCHWARTZMAN, S. Da violência dos nossos dias. *Dados*; revista de ciências sociais, Rio de Janeiro, 23(3):365-370, 1980 (não tem periodicidade certa).

- 27 — SHELLEY, Louise. The geography of Soviet criminality. *American Sociological Review*, Washington, 45(1):111-22, feb. 1980.
- 28 — SKOGAN, W. The changing distribution of big city crime; a multi-city time analysis. *Urban Affairs Quarterly*, Beverly Hills, California, 13:33-48, sept. 1977.
- 29 — ———. Crime and crimerates. In: *Sample Survey of the victims of crime*; capitulo VI: 105-19 — Cambridge, Massachusetts, Ballinger, 1976.
- 30 — SMITH, M. D.; PARKER, R. N. Type of homicide and variation in regional rates. *Social Forces*, Charlotte, Hills, North Caroline, 59(1):136-46, sept. 1980.
- 31 — STAHURA, J. M.; HUFF, C. R.; SMITH, B. L. Crime in the suburbs; a structural model. *Urban Affairs Quarterly*, Beverly Hills, California 15(3):291-316, march 1980.
- 32 — TITTLE, C. R.; VILLEMEZ, W. J.; SMITH, D. A. The myth of social class and criminality; an empirical assessment of the empirical evidence. *American Sociological Review*, Washington, 43(5):643-56, oct. 1978.

RESUMO

Pouco se conhece sobre crime no Brasil onde praticamente inexistem estatísticas criminais. Embora a criminalidade não seja atributo exclusivo da vida urbana nela se manifesta com maior intensidade. O estudo da distribuição espacial da criminalidade na Região Metropolitana do Rio de Janeiro se baseia nos dados publicados nos Anuários de Estatística Criminal da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro e se restringe ao crime violento (estupro, homicídio, lesão corporal e roubo) que representa cerca de 32% do total dos crimes registrados nas delegacias da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Segundo o Código Penal os três primeiros são contra a pessoa e o último contra o patrimônio. Estes dados oficiais, por serem limitados, são aqui utilizados como meros indicadores ou medidas relativas.

No período em questão 1977-80, houve aumento de 9% na criminalidade violenta passando assim de 52,7 para 53,4% o número de vítimas em cada 10.000 habitantes. Persiste a violência letal e sexual. O homicídio doloso é o crime que mais cresce. Porém a criminalidade não se distribui de maneira uniforme no espaço, nem é semelhante nas diferentes classes sociais, nem seus aumentos ocorrem nos mesmos períodos de tempo. Observa-se uma tendência à concentração de crimes violentos no núcleo onde tem se registrado aumentos em todos os tipos de crime, o que não ocorre na periferia. Esta, a despeito do estigma de violenta, apresentou variação percentual negativa da criminalidade.

A nível da Cidade do Rio de Janeiro o que chama atenção é o deslocamento da criminalidade em direção a Zona Sul. Embora aí se registre os menores índices, nela ocorreu a maior taxa de crescimento. Motivo, sem dúvida, para que sua população caracteristicamente de maior renda, prestígio político e poder, reivindicasse medidas de segurança contra a "onda de violência". Seus índices em 1980 não atingiam aqueles registrados em 1977 nos demais setores da Cidade. Cabe enfim, dada a complexidade do comportamento criminal e sua integração com outros dados sociais, alertar sobre os riscos de interpretação dos dados de crimes aqui utilizados. Contudo, o conhecimento da sua distribuição no espaço, pode contribuir para mostrar a miséria humana e quem sabe, reduzi-la.